

FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS DE
PRESIDENTE PRUDENTE

**A INDÚSTRIA NIPO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE
PRUDENTE: A ORIGEM DO CAPITAL**

Adriano Amaro de Sousa

Presidente Prudente/SP

2002

FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS DE
PRESIDENTE PRUDENTE

**A INDÚSTRIA NIPO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE
PRUDENTE: A ORIGEM DO CAPITAL**

Adriano Amaro de Sousa

Monografia apresentada como
requisito parcial de Conclusão de
Curso para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas,
sob a orientação da Prof^a Ms.
Marilena Santos Ferreira Castilho.

Presidente Prudente

2002

A INDÚSTRIA NIPO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE: A ORIGEM DO CAPITAL

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Profª Ms. Marilena Santos Ferreira Castilho

Profº Dr. Alberto Albuquerque Gomes

Presidente Prudente, 29 de novembro de 2002.

“ Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o
melhor fosse feito...

Não somos o que deveríamos ser, não somos o que iremos ser, mas graças à
Deus não somos o que éramos “

(M.L. King)

AGRADECIMENTOS

À Deus

Aos meus Pais

Gedes e Ivanilda

A minha orientadora

Marilena Santos Ferreira Castilho

Aos mestres Sandro Bertolli e Ana Cláudia Dundes

Aos amigos do Grupo JOCASB e a Pastoral da Juventude da São Pedro

Aos industriais nipo-pudentino das firmas estudadas, pelo tempo e atenção dispensados.

RESUMO

Neste trabalho se tem por finalidade analisar o processo de desenvolvimento das indústrias nipo-brasileiras no município de Presidente Prudente. A partir dessa análise foi identificada a origem do capital nipônico prudentino que adveio da metamorfose do capital agrícola e do capital comercial. Assim, não saindo muito da linha teórica de Ianni, mas contradizendo a teoria de Abreu, pois os nipônicos vieram exclusivamente na sua maioria para montar o seu negócio ou a sua indústria na cidade, e não estavam interessados em continuar suas atividades na agricultura.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração; Japonesa; Industrialização Presidente Prudente/SP; Desenvolvimento Industrial Presidente Prudente/SP

ABSTRACT

In this work has purpose to analysing the development process of the nipo-brazilian insdustris in the Presidente Prudente. From that analysis was identified the origin of nipo-pruentino capital happened of metamorphose of agricultural capital and of commerce capital. So, without goingont of lammi ´s theory, but contradicting the Abreu, teory, so nipocame exclusively in their majority in order to moutam their business or their industry in the city, and they are were not interested in continuiny their acturties in the agriculture.

KEYWORDS: immigration; japonese; industrialization of Presidente Prudente/SP; industrial development of Presidente Prudente/SP.

SUMÁRIO

1 –INTRODUÇÃO	9
2- A IMIGRACAO ESTRANGEIRA PARA O BRASIL NO SÉCULO XIX E XX	12
2.1 – A imigração estrangeira antes de 1808.....	12
2.2 – A imigração estrangeira de 1808 á 1850.....	15
2.3 – A imigração estrangeira de 1850 á 1914.....	20
3 – IMIGRACAO JAPONESA PARA O BRASIL	28
4 – O PANORAMA DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	34
4.1 – As origens das indústrias no Brasil	34
4.2 – A industrialização Brasileira (1930/1955).....	37
4.3 – A industrialização no município de Presidente Prudente	42
5 – A HISTÓRIA DAS INDÚSTRIAS NIPO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	51
5.1 – Histórico da indústria de Bebidas Wilson	51
5.2 – Histórico da indústria de Bebidas Funada	54
5.3 – Histórico da indústria de Bebidas Asteca	57
5.4 – Histórico da indústria Sakura Nakaya Alimentos Ltda.....	58
6 – AS ORIGENS DO CAPITAL NIPO-BRASILEIRO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	62
6.1 – Análise e Interpretação de Dados Coletados	65
7 – CONCLUSÃO	76
8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
9 – ANEXOS	

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Em que fase o imigrante chegou ao Brasil	66
GRÁFICO 2 – Grau de escolaridade do fundador da indústria	67
GRÁFICO 3 – Atividades econômicas desenvolvidas no Japão	68
GRÁFICO 4 – Qual o problema enfrentado para sua adaptação e Presidente Prudente	69
GRÁFICO 5 – Atividade econômica desenvolvida em Presidente Prudente	70
GRÁFICO 6 – As origens do capital industrial nipo-brasileiro Presidente Prudente	71
GRAFICO 7 – Composição do capital social no ato da abertura indústria.....	72
GRAFICO 8 – A característica das indústrias no ato da abertura	73
GRÁFICO 9 – Como a indústria pretende superar o desenvolvimento Tecnológico	74
GRÁFICO 10 – A indústria pretende aumentar o número de filiais.....	75

QUADRO

QUADRO 1 – História das principais indústrias de Presidente Prudente.....	48
---	----

TABELA

TABELA 1 – Números de Usinas ou depósitos – Alta Sorocabana	44
---	----

1 – INTRODUÇÃO

O estudo sobre a origem do capital industrial nipo-brasileiro surgiu com o interesse de analisar a participação da imigração japonesa no processo do desenvolvimento capitalista no Brasil, devido á sua importância na economia local.

O objetivo neste trabalho foi de analisar as origens do capital industrial nipo-brasileiro do município de Presidente Prudente, bem como apresentar a formação e o desenvolvimento das indústrias e dos industriais, através de estudos de casos das indústrias de médio porte cujos fundadores residem na cidade.

A preferência por trabalhar com a imigração, em especial a imigração japonesa, deu-se pela importância da entrada da mão-de-obra imigrante no Brasil nos séculos XIX e XX. Este período marca o início do progresso das relações “capital e trabalho” no país, surgindo assim uma nova classe social “o proletário”. Entretanto, a economia do século XX esteve estruturada eminentemente com base na agricultura, na monocultura e no latifúndio, “o café”. É partir da economia cafeeira que se tornará possível o surgimento da indústria e da composição do capital industrial nacional, devido à sua produção em grande escala e a entrada da mão-de-obra imigrante para trabalhar nessa lavoura.

Dentro desse contexto, surgiram algumas teorias e discussões sobre a origem do capital industrial nacional utilizadas neste trabalho como base para iniciar as discussões sobre as origens do capital nipo-brasileiro, principalmente os trabalhos de Silva (1995) e Ianni (1989), argumentaram que o capital industrial possui a sua origem na agricultura, nas pequenas unidades fabris imigrantes e no capital externo. É no contexto das idéias de Ianni, que neste trabalho se relatou a contribuição nipônica nas atividades industriais no município de Presidente Prudente.

Para isso, o trabalho foi dividido em seis partes, além desta introdução. No segundo capítulo, é abordada a imigração estrangeira para o Brasil no século XIX e XX, destacando-se aí a imigração estrangeira antes de 1808, a imigração estrangeira de 1808 à 1850, a imigração estrangeira para o Brasil em 1850 à 1914. No terceiro capítulo, se analisa a imigração japonesa iniciada em 1908 com a chegada do imigrante nipônico, onde se verifica a história das fases dessa imigração no Brasil. No quarto capítulo, se trata do panorama da industrialização

no Brasil, destacando-se as origens das indústrias no país, a industrialização (restringida) brasileira no período 1930/55 e por fim, a industrialização no município de Presidente Prudente/SP. No quinto capítulo se aborda histórias das indústrias nipo-brasileira no município de Presidente Prudente/SP, destacando-se as seguintes indústrias: Bebidas Wilson, Bebidas Funada, Bebidas Asteca e Sakura Alimentos. Por fim, no capítulo 6 as origens do capital nipo-brasileiro no município de Presidente Prudente e, finalmente, na última parte do trabalho são apresentadas algumas notas conclusivas.

1.1 Metodologia de pesquisa

Foram utilizados nesta pesquisa dados referentes às indústrias nipônicas prudentinas, junto às fontes: Prefeitura Municipal (Secretaria de Desenvolvimento Econômico), Associação Comercial e Industrial, Fiesp e Ciesp. A partir desses dados foram selecionadas quatro indústrias: Bebidas Astecas Ltda, Bebidas Funada Ltda, Bebidas Wilson Indústria e Comércio Ltda e Sakura Nakaya Alimentos Ltda, de acordo com os seguintes critérios:

- a) início das atividades industriais na década de 1940.
- b) os fundadores (sócios) terem residência em Presidente Prudente.
- c) serem empresas de médio a grande porte.

Essas empresas selecionadas são consideradas as pioneiras do setor secundário na cidade, foram fundadas antes da década de 50, facilitando assim, o conhecimento do objeto de estudo: a) a formação e consolidação do capital industrial; b) a história das indústrias e dos industriais.

As demais informações sobre a nossa pesquisa foram obtidas através de entrevistas diretas com os diretores, cujo objetivo era detectar e investigar as origens do capital industrial nipo-brasileiro na indústria local. Essas entrevistas foram compostas por 54 questões abertas e fechadas.

Além das entrevistas, foi realizado um levantamento histórico e comparativo da imigração no geral, em especial da imigração japonesa, da industrialização brasileira (1930/55), e da origem do capital nacional e prudentino.

Em suma, os dados coletados procuravam construir o perfil geral das indústrias nipônicas local, apontando suas características (história de vida, de trabalho, de criação, de administração, de desenvolvimento e tecnologia), tendo

como tema central “a origem do capital nipo-brasileiro no município de Presidente Prudente”.

2 – A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA O BRASIL NO SÉCULO XIX E XX

2.1 - A imigração estrangeira antes de 1808.

O processo de formação do elemento humano brasileiro iniciou-se no ato da descoberta ou no começo da colonização. O indígena ocupante do solo brasileiro, estava em processo de mobilização quando se deu a descoberta. A luta contra o índio era justamente a luta contra o nômade. Nesta continuidade de movimentação era claro que o índio não haveria de parar para participar do processo agrário de ocupação do Brasil.

Portanto, com a entrada do português (primeiro elemento de origem estrangeira) no Brasil, a imigração foi caracterizada pelas correntes portuguesas (metropolitanas e insulares), essas foram as duas formas de ocupação humana no território brasileiro no século XVI.

Segundo Diégues Jr., (1964, p. 5), as correntes imigratórias de Portugal vieram, sobretudo a partir de 1534, para a formação do Brasil. Vieram portugueses do norte, do sul e do centro do território metropolitano. Aos louros, de olhos azuis, altos do norte, vieram juntar-se os morenos, baixos, entroncados, vindos do sul. Uns vinham com uma tarefa agrária, outros pelo espírito de aventura, outros forçados pelas leis severas da sua majestade. Imigrantes de todo o tipo chegaram de Portugal: fidalgos, militares, degredados, criminosos, sacerdotes, colonos, artesões, lavradores.

Com a chegada dos fidalgos tornou-se necessário a introdução de uma mão-de-obra que suprisse os serviços domésticos e os da lavoura sedentária. Por isso, a entrada da mão-de-obra africana, foi a mais viável para lidar com a lavoura sedentária e com os serviços domésticos. A partir do século XVI, os portugueses usavam o negro da África nessas tarefas como escravos, destinando-os ao trabalho braçal na lavoura, à extração de minérios, ao plantio e colheita do algodão, a agricultura do café, enfim, para atender a todas as necessidades da produção. O negro foi traficada da África como imigrante forçado, em um autêntico, processo de imigração dirigida. Não tinha o mínimo de direito de escolha, devido à sua condição de escravo.

Dentro deste período (1500/1808) se notava a presença de estrangeiros no Brasil. O que não havia eram correntes imigratórias. A presença do estrangeiro era esporádica e de modo individual. Se não é possível considerar como processo de imigração essa entrada de estrangeiros Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII, também não se pode ignorar a presença do estrangeiro nesta época.

É o caso dos franceses, que já em 1504 andavam na costa do Brasil, disputando terras e comercializando pau-brasil. Muitas lutas entre indígenas e portugueses foram estimuladas pelos franceses. A presença dos franceses era grande a ponto de, por volta de 1530, não se poder dizer se o Brasil continuaria português ou se tornaria francês. Os franceses tentaram se alojar no Rio de Janeiro e no Maranhão. Se alojaram no Maranhão. Os portugueses reagiram, na luta contra a ocupação francesa no Brasil.

Outro exemplo da presença de estrangeiro no Brasil, é a dos holandeses no nordeste, no século XVII, quando a burguesia flamenga passa a controlar aqui o comércio do açúcar da colônia brasileira, continuando a usufruir de grandes lucros gerados por esse produto, uma vez que já possuíam o direito exclusivo sobre sua refinação e distribuição. A Holanda tinha dominado a região produtora de açúcar da colônia brasileira. O motivo principal desse domínio era o comércio do açúcar. Tão logo os portugueses expulsaram os holandeses do Brasil, foram produzir açúcar nas Antilhas concorrendo, então, no mercado europeu, com o açúcar brasileiro.

A outra presença de estrangeiros no Brasil, na região meridional, é a do castelhano. Lusos e castelhanos encontram-se disputando o domínio da região do Rio da Prata, digladiando-se pela posse da colônia de Sacramento. Durante vários anos foi importante o comércio português na região castelhana, e da mesma forma, o elemento de Castela se infiltrava no território, então, lusitano.

Segundo Diégues Jr. (1964, p. 17), o judeu está presente no Brasil antes da independência, aqui praticando suas atividades de comércio, através do tipo mascate por ele criado, e interligando os núcleos urbanos e rurais da colônia. O judeu se torna elemento integrante da população brasileira, quando começam a entrar no país em maiores proporções, principalmente no século XVII com o domínio holandês, que facilitou a sua entrada, dada a ausência do Santo Ofício. Com a expulsão dos holandeses (1654) dispersaram-se os judeus: uns saíram para Amsterdã, outros para Antilhas ou América do Norte e, muitos

permaneceram no Brasil, perseguidos, suspeitados, escondendo-se, até a segunda metade do século XVIII, quando o Marquês de Pombal proibiu as perseguições aos judeus no Brasil.

Esses são os grupos que apresentaram contribuições mais avultadas, na formação da sociedade no Brasil colonial. Contudo, verifica-se nesta fase a entrada de outros estrangeiros de modo individual e esporádico. Mas, com menor grau de expressão. São eles: os ingleses, alemães, italianos, etc.

Nessa primeira análise de ocupação do Brasil tratou-se apenas do elemento humano. Agora, numa segunda etapa, se tratará das políticas econômicas que foram implantadas no Brasil e que deram base para a empresa colonial.

A ocupação do Brasil se deu com a expansão comercial e marítima desenvolvida por Portugal. Essa ocupação acontece devido às pressões das demais nações européias, que levam Portugal a ocupar o novo território para impedir que outras nações o ocupassem. Portugal esperava encontrar no novo território metais preciosos, a solução para sua crise financeira, gerada pelos altos gastos com as grandes navegações.

Não encontrando os metais preciosos esperados, coube a Portugal a tarefa de ocupar economicamente a terra brasileira. Povoar sim para garantir a posse do território, mas povoar produtivamente para garantir o retorno financeiro que pudesse tornar essa tarefa economicamente viável.

Mas para Celso Furtado (1995, p. 34), “havia quatro problemas básicos que se antepõem à empresa colonizadora portuguesa: aquisição de conhecimentos técnicos de produção do açúcar, criação de mercados consumidores, obtenção de financiamento e mão-de-obra”. Todos esses problemas foram resolvidos satisfatoriamente cada um a seu tempo. Entre eles, interessa ressaltar a mão-de-obra. A idéia dos colonizadores portugueses era utilizar a mão-de-obra indígena, mas o escravo africano foi mais apropriado para Portugal, inclusive em razão dos lucros gerados pelo tráfico negreiro.

Segundo Castilho (2000, p. 19), o trabalho escravo foi usado em toda a colônia, e ele se explica pela política mercantilista portuguesa, pela quantidade mínima de portugueses interessados em vir trabalhar na colônia, pela escassez da população portuguesa, pela agressividade do clima tropical, pela distância da colônia, ou pela hostilidade do meio natural que desencorajava a vinda de

trabalhadores europeus. O trabalho escravo, porque compulsório, desconsiderava todas essas dificuldades e se realizava como solução.

A participação do holandês que foi decisiva na questão do financiamento da produção (açúcar), no controle e ampliação dos mercados consumidores e no transporte o será, também, no setor de aquisição de mão-de-obra. A ajuda dos holandeses capitalistas levou ao sucesso da empresa colonizadora, sem cuja ajuda, ela teria se tornado inviável.

A permanência dos portugueses no Brasil, dar-se-á pela expansão da empresa colonizadora, possibilitando, assim, no século XVII e XVIII uma acumulação de capitais em Portugal. Para Novais (1979 p. 89), “que introduziu em sua análise a noção de reserva de mercado, monopólio é o elemento definidor do sistema colonial, através da qual a colônia cumpre a sua função de fornecer super lucros para a metrópole”.

O escravo africano é muito importante para a economia colonial. A permanência do trabalho escravo na economia canavieira e na mineração permite que ele venha a ser utilizado na economia cafeeira do século XIX, como se pode verificar no próximo item.

2.2 -A imigração estrangeira de 1808 à 1850

Com a Abertura dos Portos, em 28 de janeiro de 1808, abriu-se também a possibilidade da entrada de imigrantes no Brasil. As primeiras correntes imigratórias contaram com o auxílio financeiro do Governo Imperial até 1830. A partir de 1830 o Governo Imperial restringe o financiamento à imigração. Sem o auxílio financeiro, diminuiu a entrada de imigrantes. Depois desse período, as lutas internas perturbaram a imigração e ocorre um declínio no processo imigratório, nas áreas mais procuradas pelos imigrantes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Durante a política de imigração e colonização que acontece no período de 1847 à 1880, apresentam-se duas atividades que empregam um grande número de mão-de-obra: a primeira é oficial, pela qual o governo cria núcleos de estrangeiros; a segunda é particular, estimulada pelo governo para obtenção de mão-de-obra para os serviços agrícolas, a fim de substituir o escravo pelo trabalho livre.

As primeiras correntes imigratórias no período de 1808 à 1850 ocorreram em 1818 com a entrada de dois mil suíços, que foram localizados na fazenda Queimados no Município de Cantagalo. Os colonos receberam favor do império visando facilitar a sua fixação no Brasil. Grande foi a tarefa que tiveram os colonos: abater árvores, preparar terreno, cultivar a terra, etc.

Segundo Diegues Jr. (1964, p. 31), a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, foi a segunda tentativa oficial (corrente imigratória). Para a nova colônia foram encaminhados, em 1824, imigrantes alemães, que receberam terras, da antiga fazenda imperial do Linho Cânhamo. O progresso dessa colônia deu-se pelas condições proporcionadas aos imigrantes: concessão de terras, facilidade de auxílio financeiro oficial, ajuda material, etc. A colônia cresceu e expandiu-se, de modo a surgirem novas colônias ao seu redor, e até mais distantes. Essas colônias novas são formadas por famílias de alemães agricultores que se encaminharam para Torres e Três Forquilhas. Essas famílias vão originar muitas outras colônias no sul do país.

É no Sul do país que se estabeleceu o sistema de colonização, fundando-se novos núcleos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. No Sudeste, no Estado do Espírito Santo. Esses núcleos em sua maioria prosperaram transformando-se em vilas e cidades, porém, isto aconteceu devido à ausência da grande lavoura. O governo brasileiro ofereceu subsídios que incentivaram a entrada de colonos livres contribuindo para a ocupação de áreas desocupadas no Sul do país. É nesta região meridional que se constituiu a pequena propriedade rural, formando-se uma classe média rural, em condições estáveis, e cuja atividade iria refletir no progresso da região. A pequena propriedade privada representa um elemento estimulador da estabilidade do imigrante, tornando-o proprietário.

Para Diegues Jr. (1964, p. 31), as tentativas de imigração e colonização alemã na Bahia e Pernambuco, em Ilhéus e Catucá, fracassaram ambas. Acentua-se, assim, a preferência pela região meridional, onde vai se expandindo a colonização estrangeira. É nesta fase que chegam imigrantes a Santa Catarina e ao Paraná. A primeira tentativa de colonização no Paraná ocorreu nas proximidades do Rio Negro, em 1828. Essa tentativa fracassou, em virtude dos ataques indígenas.

No Nordeste, fracassou qualquer tipo de colonização e imigração, devido à presença do latifúndio, que era fator de repulsão à entrada de correntes imigratórias. O imigrante não encontrava possibilidades de fixação nesta região, o que ocorreu em outras regiões que predominava o latifúndio. A região onde o latifúndio não foi fator de repulsão à entrada de correntes imigratórias foi a do Estado de São Paulo, onde a economia cafeeira tornou-se fator de atração para os imigrantes, que vieram para dar início ao trabalho assalariado.

Posteriormente, é em São Paulo, que se verifica, já nos fins dos anos 1840, a primeira tentativa de imigração européia iniciada pelo Senador Nicolau Campos Vergueiro em sua propriedade, a “Fazenda Ibicaba”, em Limeira. Ele foi o pioneiro na “importação” de trabalhadores imigrantes para o Brasil sob o sistema de parceria, iniciando o sistema de imigração por iniciativa particular. Esse sistema fez com que São Paulo se tornasse um dos principais centros imigrantistas do país, trazendo um franco progresso para a cafeicultura, que necessitava de braços para dar continuidade à expansão da indústria cafeeira.

Essa iniciativa aproveita o trabalho livre do imigrante como substituto do trabalho escravo negro na lavoura de café. Inicialmente, Vergueiro¹ mandou vir da Alemanha 80 famílias, num total de 400 pessoas, sob o sistema de parceria, pagamento do trabalho era realizado sob a forma de porcentagem sobre a colheita. Essa parceria que Vergueiro fez, prevendo o fim da escravidão, Costa (1966), descreve em linhas gerais:

Os colonos eram contratados na Europa e encaminhados para fazendas de café. Tinham a sua viagem paga, bem como o transporte até as fazendas. Essas despesas, assim como o necessário para a manutenção, entravam como adiantamento até que pudessem sustentar-se pelo próprio trabalho. Atribuía-se a cada família uma porção de cafeeiro na proporção de sua capacidade para cultivar, colher e beneficiar. Era-lhes facultado o plantio de viveres necessários ao próprio sustento, entre as filas de café, enquanto as plantas eram novas. Quando isso não era mais possível, podiam plantar em locais indicados pelos fazendeiros. Em casos de alienação de partes dos viveres, cabia, metade ao fazendeiros. Vendido o café, obrigava-se este a entregar ao colono metade do lucro líquido, deduzindo todas as despesas com o beneficiamento, transportes, comissão de venda, imposto, etc. Sobre os gastos feitos pelos fazendeiros em adiantamento. Os colonos eram considerados solidariamente responsáveis pelas dívidas. Aplica-se na amortização pelo menos 50% do lucros anuais. (COSTA, 1966, p.81-82)

¹ Nicolau de Campos Vergueiro, Senador, proprietário de fazendas de café, pioneira na importação de mão-de-obra imigrante européia e criador do sistema de “parceria”.

Segundo Melo (1998, p. 88), esse sistema foi um fracasso. Os colonos queixavam-se de que recebiam para o cultivo os piores cafeeiros, do peso insuportável das dívidas, dos juros que lhes cobravam, da precariedade das casas, de fraude nos preços e medidas, da contabilidade, etc. Em suma, sentiam-se escravizados. Os fazendeiros, por sua vez, queixavam-se de que os imigrantes eram inúteis, preguiçosos, viciados, desordeiros. O que desejavam os fazendeiros era converter os parceiros em proletariado e não fomentar futuros concorrentes. O que ambicionavam os parceiros, não era se proletarizarem, mas sim, se transformarem em proprietários, encerrando a sua condição como espécie da etapa para formar pecúlio, para dar o salto.

Abandonado o sistema de parceria, ficou cada vez mais claro que era preciso atrair trabalhadores para a empresa cafeeira. É na Europa que se encontra um grande número de trabalhadores livres dispostos a emigrar. Entretanto, a Argentina e os Estados Unidos, eram os grandes pólos de atração para o imigrante e absorviam grande parte desses trabalhadores na América. Por isso, o Brasil elaborou uma política imigratória que fosse capaz de competir com a Argentina e EUA.

O núcleo da política imigratória consistiria, naturalmente no custeio das despesas de transportes e instalação, o que desde logo, colocava dois problemas cruciais: de um lado, esses gastos não poderiam recair sobre o empresário, desde que o livre trabalhador importado, e, de outro, definindo-se como tarefa do Estado subsidiar a imigração, impunha-se saber quem arcaria com o peso da medida. (MELO,1998, p. 90)

Segundo Castilho (2000 p. 113-116), em 1830, ocorre a primeira Lei de Locação de Serviços no Brasil, regulamentando os contratos de trabalhadores livres, de nacionais e estrangeiros. Autorizava fazendeiros a contratar trabalhadores para agricultura por tempo não determinado. Os trabalhadores só podiam romper o contrato se indenizassem os patrões. Aqueles que não cumprissem os contratos estavam sujeitos à pena de prisão ou de trabalho forçado até que a sua dívida fosse paga. A lei estipulava exigência e obrigações para os empregados, mas não esclarecia os seus direitos e não alcançou nenhum êxito. A segunda Lei de Locação de Serviços aprovada em 1837, autorizava proprietários a realizar contratos com trabalhadores, brasileiros ou estrangeiros.

Era determinado nos contratos, o tempo de trabalho, as situações em que o contratado podia ser dispensado e as condições para rescisão dos contratos, inclusive as indenizações e penalidades que caberiam ao trabalhador. Essa lei tornou-se significativa para introdução do trabalho livre estabelecendo uma política voltada para a criação de alternativas ao trabalho escravo.

Em suma, até 1830, cresce o movimento imigrantista. Naquele ano, porém, esse movimento começa declinar. Fatores diversos juntaram-se naquele momento e influíram nesse declínio. Com o início da fase atribulada das Regências, as lutas internas, a Farroupilha, as Leis de Locação e Serviços de 1830 e 1837, a extinção de auxílio financeiro do governo para a imigração, verifica-se uma interrupção à entrada de imigrantes. Entretanto, com o sistema de imigração particular iniciado por Vergueiro, cresce a entrada de imigrantes no Brasil no início da segunda metade do século XIX.

É necessário se compreender os motivos que levaram a tardar a substituição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre no Brasil.

Com o fim do monopólio comercial português, surge o grande comércio de importação-exportação. A partir daí, a burguesia comercial brasileira, desenvolveu-se devido à expansão das fazendas de café, que essa burguesia organiza juntamente com a aristocracia fundiária.

Segundo Silva (1995, p. 40), durante a primeira metade do século XIX, as plantações de café foram desenvolvidas com base do trabalho escravo. Os fazendeiros encontravam os escravos necessários ao desenvolvimento graças, em parte, às migrações internas isto é, graças às compras de escravos vindos do Nordeste e sobretudo de Minas Gerais, onde havia um número relativamente importante de escravos disponíveis dado o declínio das atividades das minas de ouro, muito desenvolvidas nessa província no século XVIII. Mas a África foi, sem dúvida a principal fonte de escravos para o café.

Furtado (1995, p. 140-141), “estima que, o numero de escravos que entraria no Brasil, durante a metade do século XIX, foi superior a 750,000 e inferior a 1. 000 000. O trafico externo de escravos era muito importante porque a população de escravos local em razão de suas condições de vida e de trabalho, decrescia”.

Para Silva (1995, p. 41), as possibilidades de expansão sobre a base do trabalho no Brasil eram muito limitadas. Após a independência (do Brasil) a

Inglaterra exigiu que o governo brasileiro interditasse o tráfico. Um acordo assinado entre os dois países estipulava uma data para interdição: 1830. Este acordo não foi cumprido. Em 1845, o parlamento britânico adota um projeto de lei autorizando a marinha de seu país a fiscalizar os navios que participassem do tráfico de escravos, prender os responsáveis para submetê-los ao julgamento na justiça britânica, sob a acusação de pirataria.

Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz interrompeu o tráfico de escravos negros. Essa lei marca o início de um processo que será útil para afirmar o princípio da abolição da escravidão no Brasil. Entretanto, a produção ainda continuaria baseada fundamentalmente no trabalho escravo. Devido à facilidade de compras de escravos fora das regiões de café, podia ser assegurada a mão de obra necessária para a expansão cafeeira.

Nesta primeira metade do século XIX a escravidão estava ainda em seu apogeu. De modo que, a imigração não era olhada, senão como o braço para substituir o trabalho escravo. Tudo estava marcado pelo escravo: o trabalho agrícola, o serviço doméstico, a atividade urbana, etc. Segundo Diegues (1964, p. 34), para Charles Ribeyrolles², nos começos do século: o escravo era o instrumento, a mão, a roda, a ferramenta. E acrescentava: é a mão-de-obra nacional.

O domínio pleno da escravidão não impediu o desenvolvimento da imigração, como se pode verificar no próximo item.

2.3 – A imigração estrangeira para o Brasil em 1850 à 1914.

O processo de formação do elemento humano no Brasil a partir de 1850 começa a mudar de característica. Se anteriormente, a preocupação era em povoar e garantir a posse da terra ou tornar viável a empresa colonial, agora a história é outra. A preocupação do governo e fazendeiros era de encontrar mão-de-obra livre para substituir a mão-de-obra escrava, após a extinção do tráfico negreiro em 1850. Nesse período, que vai de 1850 à 1914, o governo brasileiro estimulou a entrada de correntes imigratórias européias e asiáticas para a ocupação das áreas desocupadas e para lavoura cafeeira. A história das

² Ribeyrolles, Charles. Brasil Pitoresco. São Paulo, Livr. Martins. s/d (Biblioteca Histórica Brasileira, V6).

correntes imigratórias na segunda metade do século XIX e início do século XX pode ser analisada a partir de duas perspectivas: antes e depois da abolição da escravatura.

Antes da abolição da escravatura, apareceram no Brasil as seguintes correntes imigratórias: os chineses, os norte-americanos e os italianos, além outras correntes imigratórias de menor expressão.

Segundo Castilho (2000, p. 147-151) “a imigração chinesa para o Brasil iniciou-se por volta de 1810, quando Dom João VI tratou da vinda de 2.000 trabalhadores para a cultura do chá no Rio de Janeiro. Mas a experiência não alcançou êxito. A partir de 1850, a proibição do tráfico negreiro despertou novamente o interesse de “importar” trabalhadores chineses. A primeira tentativa foi organizada em 1854, por Manoel de Almeida Cardoso que se propôs a importar trabalhadores chineses com a ajuda e financiamento do Governo. Em fevereiro de 1855, chegou a primeira leva de trabalhadores chineses no Rio de Janeiro vindo de Cingapura. A experiência não alcançou o objetivo esperado devido ao número insuficiente de trabalhadores (303 chineses)”. A segunda e a terceira tentativa, foram, como a primeira, um fracasso. A entrada dos imigrantes chineses, foi insuficiente e incapaz de prover a demanda de mão-de-obra da lavoura cafeeira.

Diegues Jr. (1964, p. 44), trata da entrada do norte-americano no Brasil: são os imigrados do Sul, em consequência da Guerra de Secessão. São chamados de confederados norte-americanos. Deste grupo, sabe-se que se espalharam por todo o Brasil. Entretanto, deduz-se ter havido um fracasso nessa corrente imigratória, devido a alguns fatores: o primeiro é a dispersão do grupo. O segundo, ocorreu por não ter sido criada uma cultura ou tradição dessa corrente imigratória. O que resta hoje desse grupo de imigrantes é a experiência de Americana-SP, que sobreviveu no tempo devido á sua organização comunitária.

A imigração italiana inicia-se por volta de 1870 e 1880. Esse movimento imigratório cresceu devido à expansão da cafeicultura na região sudeste do país. A maior parte desses imigrantes ficou em São Paulo, trabalhando nas lavouras de café e posteriormente nas indústrias. No Rio Grande do Sul, o imigrante italiano fez parte da segunda etapa da colonização substituindo o colono germânico em 1874, devido à diminuição da corrente imigratória germânica para o Brasil. Segundo Silva (1986, p. 5), “o estudo da imigração italiana apresenta subdivisões

possíveis de se salientar através de cinco períodos: o primeiro ligado à aventura e ao pioneirismo, que vai até o século XIX; o segundo, relacionado ao problema do exílio político, na metade do século XIX; o terceiro, a partir de 1870, que pode ser definido como o período da grande imigração para o Brasil; o quarto, que sucedeu até em 1920 e estava ligado às perseguições fascistas; e finalmente, o quinto, aconteceu após a Segunda Guerra Mundial, entrando muitos italianos comprometidos com o antigo regime fascista, procurando asilo político”.

De 1850 à 1888 entraram no Brasil 882.176 imigrantes. Nesse período, os italianos aparecem em primeiro lugar no volume imigratório, seguido por portugueses, alemães, etc. Contudo, é de destacar uma diversificação dos grupos étnicos entrados.

Concomitantemente, com o processo da abolição vários países da Europa começam a deixar de enviar mão-de-obra para o Brasil devido aos maus tratos que esses imigrantes recebiam no país. As autoridades brasileiras começam a despertar-se para a utilização da mão-de-obra asiática, ocorrendo assim uma grande entrada de imigrantes nipônicos e turcos após a abolição.

Em 1859, que apareceu a primeira reação no exterior contra a imigração no Brasil. Trata-se do chamado rescrito de Heydt, com a qual a Prússia proibiu a imigração para São Paulo. Depois Baden e Wurttemberg tomam idêntica medida. E, em 1871, a medida é estendida a todo o Brasil. Só no final do século, quando abolida a escravidão oito anos antes, é que a providência prussiana foi revogada em relação ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; enquanto a São Paulo, porém, persistiu. Tais proibições não se restringiram à Prússia. A França, em 1876, como a Inglaterra, em 1875, também adotaram medidas restritivas á imigração para o Brasil. O exemplo foi mais tarde repetido pela Itália: em 1895 o Governo italiano, proibiu a imigração para o Espírito Santo, e em 1902 para São Paulo. Tais providencias, quando anteriores à Abolição (1888), evidentemente ligavam-se à situação de quase escravos que se pretendia dar ao imigrante. (DIEGUES Jr., 1964, p. 46-47)

Para Diegues Jr. (1964, p. 47), com extinção do trabalho escravo, não foram poucos os fazendeiros que quiseram ver no imigrante o seu substituto: o novo braço para a lavoura de café.

A imigração estrangeira pós-abolição da escravatura abre espaço às correntes imigratórias asiáticas, em virtude da constante instabilidade do imigrante europeu na lavoura cafeeira. É nesta fase que se verifica a entrada de imigrantes turcos-árabes, ainda em fins do século XIX, e de imigrantes japoneses

já no primeiro decênio do século XX, junto a outras correntes de menor expressão.

Diegues Jr. (1964, p. 54), os turcos-árabes, os sírios e os libaneses, principalmente os sírios e libaneses, sabe-se que esporadicamente, desde tempos anteriores já estavam presentes no Brasil. Intensificou-se, porém, a sua entrada a partir dos últimos anos do Império. Os dados relativos à sua introdução confirmam que até 1888 o número de libaneses e sírios entrados no Brasil alcança apenas 155 pessoas. Já a partir de 1889, começa a crescer o volume migratório, e no período entre 1889/1914 atingiu o número de 51.409 pessoas.

A imigração japonesa no Brasil foi iniciada oficialmente em 1908, quando em virtude da expansão da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo, houve necessidade de maiores contingentes de mão-de-obra a serem empregados na cafeicultura. Antes de 1908, várias tentativas foram feitas visando introduzir colonos de origem japonesa no país. Segundo Saito (1961 p. 38), “os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil em 1908, no total de 781 pessoas contratadas, recrutados no Japão pela empresa Kokoku Shokim. Esses primeiros imigrantes foram transportados pelo navio Kasato Marú, o qual atracou no porto de Santos no dia 18 de junho de 1908, sendo encaminhados para as fazendas de café”. Mais tarde, em 1928, chegaram também no Amazonas, e depois espalharam-se por todo território brasileiro. Entretanto, é em São Paulo que se concentrou a maioria dos imigrantes nipônicos.

O desenvolvimento da economia cafeeira, nos fins do século XIX e começo do século XX acarretará a entrada de mais imigrantes. São Paulo tornara-se o principal e mais importante centro imigrantista do Brasil. Vários fatores contribuíram para esse fato entre eles: o financiamento do governo estadual para a imigração, o trabalho remunerado, as possibilidades de exploração do café, a colonização da iniciativa privada, o desenvolvimento do seu parque industrial. Desse modo, verifica-se um encaminhamento de imigrante para São Paulo, como trabalhadores para a lavoura cafeeira, então, em pleno surto de progresso. Segundo Diegues Jr. (1964, p. 60), de 1888 a 1914 temos o período áureo da imigração no Brasil. Nesses anos, entraram no Brasil 2.594.720 imigrantes sendo desse total, os italianos 41%, os portugueses 26%, espanhóis 17%, E outros aparecem como russos, alemães, sírios-libaneses, demais com menores expressões.

A necessidade de trabalhadores para agricultura era o fator determinante do crescimento imigratório. A cultura do café continuava a expandir-se e a exigir maior número de lavradores. Como já não se contava mais com o escravo, o recurso, portanto, era o imigrante. A existência de grande área de terras inexploradas e a crise surgida nos países dos imigrados estimulou o crescimento da imigração. Entretanto, verifica-se declínio com a Primeira Guerra Mundial em 1914. O surgimento da primeira guerra trouxe queda no volume da imigração, de modo que nos cinco anos de luta apenas 147.625 imigrantes entraram no Brasil. Terminada a Guerra, melhora o movimento imigratório.

Essa primeira análise prende-se na questão da alternativa e substituição da mão-de-obra escrava, e preocupou-se apenas com o elemento humano. A partir de agora, na segunda análise, vai se buscar apresentar elementos que contribuíram para se compreender e enumerar os fatores que contribuíram para a transição do trabalho escravo para o assalariado no Brasil. São elas: a Lei de Terras, a mecanização agrícola, a expansão das estradas de ferro, a Lei de Locação de Serviços de 1879, o financiamento total da imigração pelo governo do Estado de São Paulo, a abolição da escravatura em 1888, e a composição e formação do capital cafeeiro.

Segundo Castilho (2000, p. 102-104), o governo brasileiro promulgou a lei nº 601, em 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, com o objetivo de regularizar a situação das posses ilegais. A regulamentação do decreto determinava que até, 1854, os proprietários de terras deveriam obter, junto ao governo, os títulos de propriedade. Aquelas terras que não se enquadrassem nesses termos seriam devolvidas ao Estado, tornando-se terras devolutas. A Lei de Terras dificultava a aquisição de propriedade aos imigrantes, e atendia aos interesses dos proprietários da grande lavoura, interessados na vinda de trabalhadores livres. O governo também necessitava de mão-de-obra para os serviços públicos das colônias, para “civilizar” e “embranquecer” o Brasil. O imigrante deveria atender às características étnicas e culturais desejada pela burocracia do Império.

A expansão da economia capitalista cafeeira dar-se-á por dois motivos: a mecanização agrícola e a da estrada de ferro. A mecanização agrícola aconteceu devido aos problemas de mão-de-obra na lavoura cafeeira em 1870. A solução para o problema veio em 1871 com a adoção, por vários fazendeiros paulistas da

máquina norte-americana Lidgerwood³, possibilitando o progresso do beneficiamento do café. Mas, somente a mecanização agrícola não promoveria o desenvolvimento necessário, pois havia dificuldades em escoar a quantidade de excedente agrícola gerado pela mecanização. Foi necessário recorrer à estrada de ferro. A introdução da estrada de ferro ocorreu em 1859 e ela tinha como objetivo principal transportar o café. Contudo, essa introdução foi comandada pelo capital mercantil nacional e apoiado, decisivamente, pelo capital inglês para reduzir os custos de transportes. Com o rápido desenvolvimento da rede férrea no Brasil, a partir de 1860, constitui-se uma estrutura necessária para o desenvolvimento capitalista no país.

Segundo Castilho (2000, p. 131-133), as Leis de Locação de Serviços ocorreram pela primeira vez em 1830, e em 1837. Ambas foram substituídas por uma nova lei em 1879. Essas leis, com exceção de 1879, não se diferenciavam muito. No geral, elas são esforços despendidos pelos fazendeiros no sentido de manter controle sobre os trabalhadores, mais pela obrigação legal do que pela concessão de incentivos. O objetivo dessa nova legislação era, além de procurar garantir o fluxo de mão-de-obra, tornar o Brasil mais atraente para os imigrantes, melhorando a imagem que a Europa tinha das condições de trabalho livre no Brasil.

A partir de 1881, o governo do Estado de São Paulo passa a financiar 50% da passagem (do imigrante). É em 1885, que o preço do café começa a subir e, conseqüentemente há um aumento na produção, solicitando assim, um aumento urgente de trabalhadores para a lavoura de café. A solução para esse problema, partiu do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu financiar todos os gastos com a imigração, tributou a propriedade de escravos, como também contratou companhias privadas para a “importação” de trabalhadores livres. Esse financiamento do governo paulista deixa claro que era para o café, pagando-se a passagem apenas para imigrantes que se dirigissem para as lavouras agrícolas.

Devido aos subsídios, a poderosos fatores de impulso, operando especialmente na economia italiana, e ao relativo decréscimo do poder de atração exercido pela economia norte-americana, a imigração acelerou-se extraordinariamente. Recebemos, entre 1885 e 1888, perto de 260.000 imigrantes, italianos em sua esmagadora maioria, que

³ Silva (1995) p. 55 – “Entre esses progressos, ela cita também a adoção em numerosos fazendas paulistas da máquina norte-americana “Lidgerwood”.

demandaram recursos públicos da ordem de 1.600.000 libras. Os salários puderam então cair substancialmente e a expansão cafeeira tornou grande ímpeto. (MELO, 1998, p. 90)

Segundo Melo (1998, p. 91), o trabalho assalariado se tornara dominante e o Abolicionismo, a princípio um movimento social amparado apenas nas camadas médias urbanas e que fora ganhando para si adesão das classes proprietárias dos Estados não-cafeeiros, na medida em que o café passará a drenar para si escravos de outras regiões, receberá agora, o respaldo do núcleo dominante da economia cafeeira. Abolicionismo e Imigrantismo tornaram-se uma só e mesma coisa. Em 1888, extinguiu-se a escravidão.

A terra já não era tão disponível para que dela se apropriassem os imigrantes livres. Quando qualquer branco livre podia apropriar-se da terra só havia um recurso – o escravo. Agora de novo os brancos livres: o suprimento de escravos escasseava e o desenvolvimento econômico e social do país, expresso na sua consciência jurídica, garantia que o imigrante seria, inapelavelmente força de trabalho disponível. (CARDOSO apud MELO, 1998, p.190)

Com a imigração massiva, o trabalhador escravo cedeu lugar ao trabalhador assalariado nas lavouras de café, quando o trabalho assalariado mostra-se superior. Veja o exemplo como ocorreu a contratação da mão-de-obra assalariada após a abolição em 1888. Segundo Silva (1995, p. 50-51), dois terços dos imigrantes chegados a São Paulo, eram empregados nas lavouras de café. O contrato de trabalho padrão era preparado pelo escritório de imigração. Trata-se de um contrato de um ano, podendo ser rescindido pelas duas partes, com um aviso prévio de um mês. Esse contrato previa o pagamento de um salário base proporcional ao número de pés de café atribuídos ao trabalhador. A esse salário-base juntava-se uma soma variável em função da colheita obtida. Além disso, o trabalhador comprometia-se a efetuar trabalhos exteriores à plantação. O preço da jornada de trabalho fora da plantação era fixado no contrato. Ao lado dessas retribuições monetárias, o trabalhador recebia um pedaço de terra que podia cultivar.

Assim, surge o trabalho assalariado no Brasil. O trabalhador, agora, pode vender a sua força de trabalho ao capital, disposto a receber um salário-base. Essa condição material (força de trabalho), é uma condição primeira da etapa do desenvolvimento do capitalismo.

O processo de transformação das plantações de café é também o processo de formação da burguesia cafeeira. O desenvolvimento da economia cafeeira é o desenvolvimento do capital cafeeiro que ultrapassam largamente as plantações. A transformação das plantações faz parte de um processo mais amplo e não pode ser corretamente explicado isoladamente. Em particular, a natureza capitalista dessas transformações e o desenvolvimento do capitalismo que tem por base a economia cafeeira não pode ser determinada unicamente ao nível das plantações. (SILVA, 1995, p. 52-53)

Para o autor, o capital cafeeiro tinha, portanto diversos aspectos: ele apresenta ao mesmo tempo as características do agrário, do capital industrial, do capital bancário, e do capital comercial. Esses diferentes aspectos correspondem a diferentes funções do capital e tendem com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes. A burguesia cafeeira exercia múltiplas funções.

Portanto, a substituição do trabalho escravo pelo o trabalho assalariado ocorreu em virtude da destruição das relações de produção escravagistas. A manutenção do escravo retardava a passagem ao trabalho assalariado. Entretanto, havia muitos fazendeiros e simpatizantes, da aristocracia fundiária que defendiam as antigas formas de dominação retardando, assim, a sua própria acumulação de capital. Mas antes da Primeira Guerra Mundial a imigração massiva já tinha suprido a mão-de-obra escrava na lavoura, melhorando a produtividade e qualidade do principal produto exportador brasileiro - o café. Era uma mão-de-obra qualificada que se adaptava muito bem tanto na lavoura como na indústria.

Após a abolição, a imigração continuou intensa, muitos trabalhadores vinham para o Brasil com o sonho de fazer fortuna. É nesta fase, que são encontrados os imigrantes japoneses, no ano de 1908, que aqui chegaram como imigrantes contratados para a lavoura de café, como se pode verificar no próximo item.

3 – A IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL

A imigração japonesa para o Brasil foi iniciada oficialmente a partir de 1908. Em virtude da recente abolição da escravidão, e diante das dificuldades crescentes com a imigração européia, optou-se por trazer os japoneses, somente como mão-de-obra assalariada para as lavouras de café. Os japoneses, por outro lado, viam neste país esperanças de fazer fortuna e depois voltar. Imaginavam vir a ser donos de suas propriedades. Não se imaginavam como mão-de-obra barata. No início do século XX, o Brasil como país receptor, propicia incentivos à imigração, subsidiando o transporte: enquanto que outras nações, como por exemplo, os Estados Unidos, impunham restrições de caráter social, político e econômico à imigração japonesa.

Segundo Ennes (2001, p.49), a primeira tentativa da imigração japonesa para o Brasil inicia-se com a visita de um representante do governo japonês em 1884. O deputado Massayo Neguishi viajou pelos Estados de Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo. Dessa viagem resultou a escolha do Estado de São Paulo como o lugar mais propício para os imigrantes por causa da qualidade da terra e de suas características climáticas. Conforme aponta o autor, nessa ocasião, passa a residir no Brasil o primeiro diplomata japonês.

Em 1897, estabeleceu-se o contrato entre a Companhia de Imigração Tôyo do Japão e a empresa Prado & Jordão no qual estava estipulada a imigração de 1.500 japoneses para os cafezais paulistas. No entanto, o contrato foi rompido pela empresa brasileira, inviabilizando o ingresso dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil. Cerca de sete anos depois refeitos dos contratemplos causados pelo cancelamento dos contratos, volta-se novamente a se cogitar no Japão o envio de imigrantes para o Brasil. (ENNES, 2001, p. 50)

Segundo Hirata (1995, p. 6), foi assinado em Paris no dia 5 de novembro de 1895, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão. De um lado estava Arasuke Sone, representando o Japão, e do outro lado brasileiro Gabriel de Toledo Piza e Almeida. Após assinatura deste acordo, as relações bilaterais se concretizaram.

Além de braços para a lavoura cafeeira, o Brasil visava, com o tratado da amizade, estabelecer boas relações comerciais, com o objetivo de conquistar um

novo mercado consumidor para o principal produto de exportação brasileiro, o café.

Em visita oficial (1905), o ministro do Japão Sugimura favorável à imigração para o Brasil, informava ao seu governo a possibilidade de se introduzir imigrantes japoneses na cultura do café em São Paulo:

Em conseqüência da suspensão da migração de colonos italianos, o Estado de São Paulo está fazendo face uma profunda falta de braços. Tanto o governo do Estado de São Paulo, como os fazendeiros em geral, estão interessados em receber nossos trabalhadores. Acredito, por conseguinte, que a introdução de nosso imigrante nesse Estado seria muito mais interessante e preferível a mandar para os Estados Unidos, onde avultam as perseguições. Naturalmente, as despesas de viagem seriam mais dispendiosas em comparação àquele país devido à grande distância. Felizmente, o governo do Estado de São Paulo se propõe a subvencionar total ou parcialmente a passagem marítima, o que contrabalança, até certo ponto a citada desvantagem. Proibida a entrada na Austrália, discriminados nos Estados Unidos, perseguidos no Canadá e agora limitados também nas Ilhas do Pacífico e Hawaii, os nossos colonos trabalhadores encontrarão no Estado de São Paulo uma rara felicidade e um verdadeiro paraíso. (VIEIRA, 1973, p. 30)

Em 1905, destaca-se um grande êxodo rural no Japão, sendo que, as cidades com suas indústrias, não conseguiram absorver toda a força de trabalho. Diante de tais circunstâncias, os japoneses buscavam melhores condições de vida em outras terras. Uma vez que, países como a Austrália, EUA, Canadá e algumas ilhas do Pacífico, incluindo o Hawaii, dificultavam a entrada dos imigrantes japoneses, uma das opções, que surgiu foi o Brasil.

O Brasil estava sofrendo uma grave crise de braços na lavoura devido à instabilidade do imigrante europeu e necessitava urgente de trabalhadores para conter a superprodução cafeeira. Vejamos como Fausto (1977) descreve a possibilidade da entrada do imigrante japonês no Brasil.

...constante instabilidade do imigrante europeu tanto na fazenda como no próprio Estado (São Paulo), a redução da corrente imigratória em decorrência de fatores externos, como o decreto Prinetti⁴, e de fatores internos provocados pela situação intensa da lavoura cafeeira em virtude da super produção e, finalmente, a possibilidade de abrir novo mercado para o café no Japão fizeram com que governo paulista se interessasse pelo imigrante japonês. (FAUSTO, 1977, p.105)

⁴ O decreto Prinetti, baixado em 1902 pelo governo italiano proibia a saída de imigrantes com passagem para o Brasil. Tal situação devia-se as péssimas condições de transportes até Brasil (navios superlotados) e as más condições de trabalho nas fazendas de café e ao atraso no pagamento dos colonos. (FAUSTO 1977)

Segundo Ennes (2001, p. 51), entre 1906 e 1907, o presidente da Companhia Colonizadora Kôkuko, Ryu Mizuno, faz visitas ao Brasil. Na primeira viagem fez um reconhecimento das condições ambientais e agrícolas do Estado de São Paulo. Na segunda, firma com o governo estadual um contrato no qual se estabeleceu a imigração de 3.000 pessoas por ano a partir de 1908.

No dia vinte e quatro de abril de 1908, partem do porto de Kobe os primeiros imigrantes japoneses no Navio Kasato Maru com destino ao Brasil. Vieram no total de 781 pessoas contratadas e 12 imigrantes livres, que foram recrutados no Japão pela empresa Kokoku Shokim. Essa primeira leva de imigrantes desembarcou no porto de Santos no dia dezoito de junho, sendo levados, para a hospedaria do imigrante, e posteriormente encaminhados para as fazendas de café, no interior do Estado de São Paulo. Os primeiros imigrantes foram destinados à fazenda Floresta, em Itu; Dumont, em Ribeirão Preto; Quatapará em Ribeirão Preto e Araraquara; São Martinho, na cidade de São Manoel.

A partir de 1908, intensifica a entrada de mão-de-obra japonesa, como se pode verificar: no dia 28 de junho de 1910 chegaram a Santos, 247 famílias japonesas no navio Ryokun-Moru, num total de 906 pessoas. Nos anos seguintes o número de japoneses que desembarcaram no Porto de Santos chegou a um total de 13.289 entre 1912 e 1914. Para os nipônicos a vida no Brasil era muito difícil, muitos desistiam da lavoura em virtude dos maus tratos, pelas péssimas condições de trabalho, moradia, e principalmente de remuneração. Por isso muitos japoneses desistiram de continuar no Brasil na primeira fase da imigração e voltaram ao seu país de origem.

Segundo Fausto (1977, p.105), de 1908 a 1914, chegaram a São Paulo 14.886 japoneses sendo nesse ultimo ano suspenso o subsídio para a passagem e rescindido o contrato de introdução de mais imigrantes dessa origem. Tal medida foi tomada diante da dificuldade de fixação e adaptação dos japoneses nas fazendas de café.

Tanto para Vieira (1973) quanto para Santos (1998, p. 16), as empresas recrutadoras de imigrantes no Japão, reagiram contrariamente a essa atitude criando em 1916 a BRASIL IMIN KUMIAI (Sociedade de Imigração para o Brasil). Em 1917, essa sociedade conseguiu firmar um novo contrato com o governo do Estado de São Paulo, no qual estabelecia-se a concessão de subsídios para o

transporte de imigrantes até o Brasil. Observa-se também que, em 1917, foi fundada em São Paulo a K.K.K.K. (Kaigai Kogyo Kaisha, Companhia Ultramarina de Empreendimentos S/A) que passou a monopolizar o recrutamento de imigrantes para a América do Sul, em especial, para o Brasil. Essa companhia passou a intervir diretamente nos assuntos de imigração, recebendo recursos do governo japonês pelos serviços prestados.

Para Santos (1998, p. 17), em 1923 o Peru e os Estados Unidos proibiram, através da imposição de várias restrições, a imigração japonesa para esses países. Tal fato, associado à grande pressão demográfica e aos problemas econômicos do Japão, fizeram com que o governo passasse a partir de 1925, a orientar politicamente e a destinar maior volume de recursos à K.K.K.K. no Brasil, já que este se tornara praticamente o único país a receber imigrantes japoneses.

Segundo Saito (1961, p. 39), “o primeiro período foi de 1908-1925, fase de tentativas e experiências, em que os imigrantes foram subsidiados, principalmente, pelo governo do Estado de São Paulo, com o fito de abastecer o mercado deficitário de braços na lavoura cafeeira”. O número de imigrantes japoneses que entraram no país foi extremamente irregular nesse período de 1908/1925.

Para Santos (1998, p. 76), “este fato pode ser explicado pelas condições de viagem até o Brasil, a qual caracteriza-se pela superlotação dos navios. Em virtude das péssimas condições de transporte, ocorriam freqüentemente, surtos de doenças contagiosas, que provocavam a morte de vários imigrantes”. Ocorrendo assim, várias às epidemias (sarampo, cólera, tracoma e verminose), constadas, pelas autoridades brasileiras de vigilância sanitária passaram a inspecionar esses navios, exigindo a adoção de medidas de higiene e controle de exames pelos passageiros e tripulantes.

Ao contrário do que acontecia anteriormente, em que o governo brasileiro arcava com as despesas dos colonos, a partir de 1925 quem financiava as despesas de viagem, era o governo japonês. Se antes vinham os mais jovens, para tentar fazer fortuna, agora imigravam famílias inteiras.

A partir de 1926, começa a vinda de japoneses com viagem subvencionada pelo governo japonês, atingindo a corrente imigratória seu máximo por volta de 1933-1934. Nessa fase, juntamente com o imigrante, vem também o capital japonês que permite a instalação do japonês como proprietário. (FAUSTO, 1990, p. 106)

No segundo período, que se estende de 1926/1935 a corrente imigratória japonesa atingiu o seu auge, em virtude do subsídio concedido pelo governo japonês para os imigrantes. A partir de 1935 que começa novamente, a diminuir a entrada de imigrantes japoneses no Brasil, devido o regime de cotas⁵ e a Segunda Guerra Mundial, o que culminou na interrupção total do fluxo de imigrantes para o país⁶.

De 1926 a 1941 ocorreu a intensificação dos investimentos japoneses no país, destinados à colonização, produção de matérias-primas e aos setores comercial e industrial⁷. Assim, o Brasil tornou-se um dos principais países a receber investimentos de empresas japonesas.

Para Santos (1998 p. 21), a interrupção do fluxo imigratório para o Brasil, ocorreu devido ao rompimento das relações diplomáticas com o Japão durante a Segunda Guerra Mundial, que repercutiu internamente com a adoção de várias proibições aos japoneses residentes, tais como a do uso do idioma japonês em lugares públicos, reuniões em grupos, etc. No período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, retornaram-se as relações entre os dois países, reiniciando-se a imigração japonesa para o Brasil.

As empresas japonesas começaram a investir no Brasil com intuito de consolidar a fixação dos imigrantes no país. Essas empresas começaram atuar no mercado brasileiro antes da Segunda Guerra Mundial (ex: Sociedade Colonizadora do Brasil e o Grupo Tozan). Após a Guerra ocorre uma grande entrada de empresas transnacionais japonesas; segundo Silva (1986, p. 107), “entre 1953 e 1969 os investimentos indústrias japoneses no exterior, chegaram a U\$ 600 milhões, dos quais 38% coube ao Brasil. Nesse dezesseis anos foram montadas 70 companhias japonesas no Brasil”. Estas indústrias atuavam em diversos segmentos como: indústrias têxteis, alimentos e fertilizantes, máquina e equipamentos agrícolas, siderúrgica, eletro-eletrônicas, chapa de aço, construção naval, etc. A partir da década de 1970, as empresas japonesas passaram a diversificar seus investimentos no país, através de indústrias de celulose, alumínio, etc., e da realização de negócios no setor de serviços. Muitas dessas

⁵ O Projeto de Regime de Cotas foi aprovado em 1934, e consistia na limitação da entrada de japoneses no país em 2.771 pessoas por ano. (Saito 1961, p. 37)

⁶ Santos, Antônio Edmundo. A modernização populacional e a colônia japonesa no município de Martinópolis. FTC/Unesp. Presidente Prudente, p. 20, 1988.

⁷ Idem (Santos 1998, p. 21)

empresas atuam no mercado ainda hoje como: Usiminas, Ishibras, Ajinomoto, Yamaha, Toyota, Bratac (Banco América do Sul), Sharp do Brasil, Honda, Motorádio, Yakult, etc.

Segundo ENNES (2001, p. 52), em suma, “pode-se dividir a história da imigração japonesa no Brasil em três momentos: o que corresponde aos primeiros anos de vida no Brasil, caracterizado por uma estratégia de trabalho temporário e de curta duração; a que corresponde a uma fase posterior, marcada pelas mudanças quanto ao tempo de permanência no Brasil”, conhecida como estratégia de trabalho temporário de longa duração; e pôr fim, o momento correspondente à fixação permanente no Brasil, que pode ser caracterizado como a fase em que os imigrantes japoneses encontram a sua fixação no Oeste Paulista mais precisamente no município de Presidente Prudente/SP, como se pode verificar a partir do capítulo 5. Antes, porém, uma caracterização do processo de industrialização da economia brasileira tornou-se necessária a fim de subsidiar o entendimento do seu processo de desenvolvimento, que refletiu em efeitos na conformação do desenvolvimento da economia de Presidente Prudente.

4 – O PANORAMA DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

4.1 – As origens das indústrias no Brasil⁸

O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufatureiras têxteis modernas e, ainda em 1910, o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se nessa região. A etapa decisiva de concentração ocorreu, aparentemente, durante a Primeira Guerra Mundial, época em que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial. (FURTADO *apud* SZMERCSÁNYI, 2002, p. 5)

A concentração industrial no Brasil, originou-se a partir de 1860 a 1880 no Estado de São Paulo, basicamente pela expansão da economia exportadora de café.

Segundo Suzigan (1986, p. 45), a gênese do capital industrial nacional ocorreu nesse período (1880/1929) durante o ciclo de expansão das exportações de café, ou seja, a base dos ciclos do café foi o motor primário da acumulação de capital.

Para o autor, há quatro interpretações principais a respeito do desenvolvimento industrial brasileiro a partir de uma base agrícola exportadora: a) a teoria dos choques adversos; b) a industrialização liderada pela expansão das exportações; c) o desenvolvimento do capitalismo tardio brasileiro; d) a industrialização promovida pelo governo.

a) *A teoria dos choques adversos* – originou-se principalmente da crise no setor exportador brasileiro, sobretudo das dificuldades impostas nos períodos da Primeira e Segunda Guerra Mundial e das crises econômicas internacionais. Os choques adversos afetaram o setor exportador em virtude dos aumentos dos preços relativos à exportação. Em resposta à crise, o governo fomentou o crescimento econômico interno através das indústrias, com o objetivo de substituir as exportações. Entretanto, para analisar a teoria dos choques adversos será

⁸ A discussão sobre a origem da indústria no Brasil, será analisada sob a ótica e interpretação, conforme Suzigan (1986), em virtude dos seus estudos sobre a origem da indústria brasileira.

necessário duas interpretações: a versão extrema e a interpretação do desenvolvimento industrial brasileiro por Tavares (1963) e Furtado (1972), segundo Suzigan (1986, p. 23).

A versão extrema dos choques adversos, segundo o pensamento cepalino sobre a origem das indústrias no Brasil, pode ser discutida em duas etapas: a primeira etapa é desenvolvimento voltado para fora e a segunda etapa, o desenvolvimento voltado para dentro.

O crescimento brasileiro voltado para fora, está baseado no setor exportador que era responsável pelo crescimento econômico do país. Tal crescimento era caracterizado como dependente e incapaz de estimular o desenvolvimento industrial. O crescimento voltado para dentro tem o objetivo de suprir a procura interna e dar crescimento econômico para o país. Para Suzigan (1986, p.24), a industrialização substitutiva de importações não efetuou mudanças substanciais, dando assim, à emergência da teoria da dependência.

A versão extrema dos choques adversos é criticada pela CEPAL como uma teoria que explica o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

As interpretações do desenvolvimento industrial brasileiro por Furtado (1963 e 1970) e Tavares (1972) segundo Suzigan (1986, p. 25), não corresponde com a versão anterior. Furtado e Tavares, afirmam, que há diferença no desenvolvimento econômico antes e depois de 1930.

Antes da década de 1930 o desenvolvimento industrial dar-se-á pelo crescimento da renda interna em virtude do setor exportador. Com o crescimento da renda gerada pelas exportações originou-se a expansão industrial. Esse crescimento, para Suzigan (1986, p. 26), é considerado como uma mera extensão da economia de exportação, seu crescimento era limitado porque dependia em última instância do desenvolvimento da agricultura.

Depois da década de 1930, o desenvolvimento industrial é caracterizado - de industrialização substitutiva de importações. Esse tipo de industrialização surgiu com o objetivo de dinamizar a economia nacional depois das crises internas e externas (Primeira Guerra mundial, a crise do café em 1929 e a Grande Depressão de 30). Segundo Suzigan (1986, p.27), a crise foi induzida principalmente pelas mudanças estruturais causadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente do setor exportador.

Tanto para Furtado quanto para Tavares conforme Suzigan (1986, p. 27), o resultado da industrialização substitutiva de importações, é uma resposta para a crise dos choques adversos. Em suma, os dois autores, concluem que a teoria dos choques adversos é um caso específico que só poderá ser analisado no período anterior ao ano de 1930.

b) *A industrialização liderada pela expansão das exportações* – o desenvolvimento industrial era dependente do desempenho das exportações, ou seja, o setor industrial somente se desenvolvia durante a fase boa da exportação, em anos de baixo desempenho das exportações o desenvolvimento industrial retardava-se.

O desenvolvimento industrial dessa fase, está relacionado com a economia agrário-exportadora – o café. Por isso tanto para Dean (1976) quanto para Suzigan (1986, p. 30-31), o setor exportador estimulou o desenvolvimento industrial. O comércio do café lançou as bases para o desenvolvimento industrial por várias razões: em primeiro lugar, ao promover a monetização da economia e o crescimento da renda interna, o café criou um mercado para produtos manufaturados; em segundo lugar ao promover o desenvolvimento das estradas de ferro e o investimento em infra-estrutura, ampliou e integrou esse mercado; em terceiro, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuiu para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; e em quarto ao promover a imigração, aumentou a oferta de mão-de-obra. Além disso, a exportação de café supria os recursos em moeda estrangeira para as importações de insumos e bens de capital para o setor industrial.

O comércio liderado pelas exportações foi responsável também pelo desenvolvimento da renda interna, pelo sistema de transporte ferroviário, pela criação de produção e distribuição de manufaturados, pela oferta da mão-de-obra e pela circulação de moeda estrangeira no Brasil. Entretanto, a participação do capital estrangeiro e do Estado brasileiro, foi determinante para o desenvolvimento da industrialização liderada pelas exportações.

c) *O desenvolvimento do capitalismo tardio brasileiro* – originou-se da expansão da economia agrário-exportadora (café). As discussões sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro possuem duas interpretações: a) a tradicional doutrina da Cepal; b) interpretações sobre o desenvolvimento da industrialização brasileira.

A tradicional doutrina da CEPAL, afirma que o desenvolvimento do capitalismo tardio teve o seu marco inicial no ano de 1888, quando ocorreu a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Contudo, a economia mercantil nacional enfatizou um novo padrão de produção capitalista – a economia agrário-exportadora.

O capitalismo tardio brasileiro substituiu a tradicional dicotomia fatores externos e fatores internos como motores de crescimento industrial, por uma interpretação que visualiza o crescimento como primordialmente um resultado de um processo de acumulação do capital no setor exportador, o qual por sua vez, depende da procura externa. (SUZIGAN, 1986,p.33)

O crescimento do capitalismo industrial no Brasil dependia tanto da economia externa quanto (como) da interna. Mas, segundo a tradicional teoria cepalina é possível considerar que o crescimento voltado para fora estendeu-se até em 1929. Posteriormente, o padrão de desenvolvimento passou a ser voltado para dentro no ano de 1930. Entretanto, a partir de 1930 o investimento no setor secundário (indústria) aumentou em virtude da crise do setor agrário exportador.

A interpretação do desenvolvimento da industrialização brasileira, baseia-se na acumulação do capital agrário-exportador e comércio-exportador.

A origem do desenvolvimento industrial dar-se-á pela acumulação de capital no setor exportador, e posteriormente será destinado ao investimento no setor industrial. O capital industrial é considerado uma extensão do capital cafeeiro, ou seja, ele faz parte do complexo agrário-exportador de café, como: a estrada de ferro, o comércio de importação e exportação, as unidades bancárias nacionais, etc. Entretanto, Suzigan (1986, p. 34), afirma que era nesta fase que ocorriam os vazamentos de capitais cafeeiros para a indústria durante os períodos de expansão das exportações.

Ainda conforme o autor, o tipo de industrialização que se estabeleceu foi principalmente a de bens de consumo. A indústria de bens de capital que se localizava nos países centrais, não se desenvolveu, impedindo, assim, a autonomia da acumulação.

O desenvolvimento da industrialização nesta fase, mostra a dependência do capital industrial perante o capital cafeeiro. A industrialização conseguiu se expandir somente no período após os anos 30.

d) *A industrialização promovida pelo governo* – o Estado incentivou a industrialização através da proteção tarifária e concessão de incentivos (subsídios). Contudo, a contribuição do governo nesta fase deu-se em duas etapas: antes e depois da Primeira Guerra Mundial.

Antes da primeira Guerra Mundial havia uma forte proteção aduaneira e alfandegária - cujo objetivo era o protecionismo do mercado nacional. A base desta proteção está no controle da taxa de câmbio e na sua depreciação. Com o início da Primeira Guerra Mundial ocorreu uma desvalorização das taxas de câmbio e houve restrições à importação. Entretanto, diante deste cenário a proteção aduaneira torna-se secundária de acordo com a situação econômica, e é necessário desenvolver a industrialização para substituir as importações para não prejudicar o balanço de pagamento.

Após a Primeira Guerra Mundial o Estado passa a desenvolver a industrialização, não no geral, mas a industrialização específica – a indústria de transformação. O Estado brasileiro estimula o desenvolvimento da indústria de transformação devido à escassez de insumos e de matérias-primas básicas durante a Primeira Guerra Mundial. Veja o exemplo segundo Suzigan (1986), sobre a indústria do aço.

No caso do aço o governo federal havia tentado antes da guerra embora sem sucesso. A decisão de fomentar a produção interna de aço já naquele período foi tomada com a finalidade de reduzir as importações, que estava sobrecarregando a balança comercial, e também como condição necessária para o desenvolvimento da indústria e por questões de segurança nacional. (SUZIGAN, 1986, p. 42)

Entretanto, o Governo percebendo que era dependente da importação de materiais básicos, começa a estimular a produção de aço, soda cáustica, óleo de caroço de algodão e carnes industrializadas. Posteriormente, os subsídios foram estendidos à produção de cimento, papel e pasta, produtos de borracha, fertilizantes e fios de seda. Esses incentivos ultrapassaram a década de 30, em virtude do desenvolvimento voltado para dentro.

4.1 – A industrialização brasileira (1930/55)

A industrialização brasileira no período de 1930/55 dar-se-á pela predominância dos interesses da burguesia industrial defendida pelo Estado. Contudo, a industrialização, nesta fase, ocorreu devido à ruptura com a burguesia agrário-exportadora e ao surgimento de um novo padrão de acumulação voltado para dentro (substituição de importações).

Veja o exemplo, conforme Cano (1998), sobre a mudança do padrão de acumulação de capital no período da Depressão de 30.

...no período de 1929/33 se altera o caráter principal do antigo padrão de acumulação (o modelo “primário-exportador” ou “o desenvolvimento para fora”). Ou seja: a dominação que as exportações exerciam sobre a determinação do nível e ritmo da atividade econômica do país passaria à segundo plano. A partir desse momento, seria a indústria o principal determinante do nível de atividade. No dizer de Furtado, dar-se-ia o deslocamento do centro dinâmico da economia nacional.(CANO, 1998, p.172)

Com a crise do setor agrário-exportador foi necessário investir na industrialização para superar os impactos provocados pelos choques adversos. Por isso o desenvolvimento desse período é voltado para dentro, teve como o principal objetivo “substituir as importações”. Entretanto, as discussões a serem tratadas para a compreensão da industrialização nesta fase, serão à partir de três pontos chaves: a) analisar a industrialização antes e depois de 1929; b) verificar a contribuição externa das grandes empresas e, c) analisar o papel do Estado na política do desenvolvimento industrial.

A industrialização antes e depois da crise de 1929, está baseada em duas teorias: a industrialização artificial e a industrialização restringida.

A industrialização artificial dar-se-á no início da década de 1920 quando a economia agrário-exportadora fez surgir um capital constante que se dirigiu para a atividade industrial e com a instalação desse modo de produção fez com que o capital adquirisse certa autonomia⁹, rompendo assim com o padrão de acumulação mercantil exportador. Para Aureliano (1999, p. 96), a característica das indústrias artificiais, ocorreu porque estranhas a um padrão de acumulação

⁹ Gaspari, Carlos Alberto. O planejamento e desenvolvimento econômico no Brasil e a novo paradigma: o desenvolvimento endógeno, p. 28, 1999.

cuja dinâmica é comandada pelo capital exportador e cujas condições sociais e políticas são definidas através das relações de dominação impostas pela fração hegemônica da burguesia exportadora. Contudo, essa característica se estendeu até a crise do setor agrário exportador em 1929.

A industrialização restringida originou-se a partir de 1933 como uma nova forma de acumulação de capital que surgiu após a recuperação da crise de 1929. Somente em 1933, que convencionou-se chamar de industrialização restringida, a partir desta fase o Brasil não teve mais a sua acumulação baseada no capital primitivo. Para Aureliano (1999, p. 97), é necessário que se analise como foi desenvolvimento desse capitalismo que ensaia sua autodeterminação, mas continua constrangido pela “herança exportadora” a permanecer subdesenvolvido.

A contribuição externa das empresas mostra que a burguesia industrial capitalista brasileira estava em busca de um novo padrão de desenvolvimento voltado para dentro com o intuito de promover a industrialização substitutiva de importações, por isso solicitou a colaboração das empresas estrangeiras. Tanto para Fernandes (1975) quanto para Dundes (1998, p. 35), a economia brasileira no impulso de atingir o crescimento econômico do mercado interno e da industrialização depositou suas esperanças na “colaboração estrangeira”, pois esperava que a iniciativa de transferência de filiais das grandes corporações e de capital externo para o país dinamizasse o mercado interno que contribuísse para diminuir seu grau de dependência em relação às economias centrais e ao mercado mundial. Mas ao contrário do que esperava a burguesia nacional, a dominação imperialista se acentuou nesse processo.

As grandes empresas estrangeiras conseguiram chegar a um estágio nesta fase de quase monopólio do mercado brasileiro. Mas elas não corresponderam às expectativas para alcançar o desenvolvimento do capitalismo monopolista, em virtude do excedente econômico e das matérias-primas serem destinados para as economias centrais, colaborando para o desenvolvimento e expansão do capital monopolista nas economias centrais.

A partir da década de 50, as grandes empresas de capitais externos no Brasil tiveram um papel importantíssimo na evolução do capitalismo monopolista, devido à decisão de transferir o modelo de desenvolvimento das economias centrais para periferia. A vinda dessas empresas de capitais externos acelerou o desenvolvimento do capitalismo monopolista.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da industrialização no período de 1930/55, originou-se da transição da economia agrário-exportadora para a economia burguesa industrial, onde a burguesia industrial surgiu unindo-se com as velhas oligarquias agrárias, na busca de concretizar-se no poder, utilizando o Estado em favor de seus próprios interesses.

Com a crise de 1930, foi restringido o investimento industrial, em virtude da queda da capacidade de importar. Devido à proibição do governo no período de 1931/1937 de importações e equipamentos de vários setores industriais. Entretanto, o desenvolvimento industrial nesta fase, voltado para as exportações para o exterior, ocorreu somente naquelas regiões onde a indústria não teve um surto de expansão. Posteriormente, teriam que voltar a sua produção para o mercado interno encerrando o modo de produção para o exterior e voltando-se apenas para o mercado nacional.

As exportações para o exterior teriam passado á segundo plano como determinante da renda, continuaram (e continuam) a cumprir o importante papel de possibilitar capacidade para importar (parcelas importantes) dos bens de produção da economia, com predominância acentuada nas importações para a indústria. Isso se deve a industrialização restringida á produção nacional de bens de produção. (CANO, 1998, p.173)

Esse processo de industrialização restringida é contraditório. Para a industrialização brasileira de substituição de importações dar prosseguimento à sua produção era necessário importar matérias-primas básicas para sua expansão. Entretanto, a industrialização nesta fase, ficou restringida à indústria de bens de consumo em virtude de não pressionar o balanço de pagamento, de não comprometer a reprodução do capital – em suma, não comprometendo assim, a industrialização brasileira.

O avanço industrial até 1939 foi bastante contido pelas restrições de bens de capital, mas havia grande esforço interno para superar a falta de matérias-primas básicas para a produção. Entretanto, somente depois da Segunda Guerra Mundial o Estado solucionou-se a crise econômica da burguesia industrial, devido as suas ações em favor da industrialização nacional após 1950.

No imediato pós-guerra e até 1953, a supervalorização cambial, barateando os equipamentos importados, favoreceu bastante a acumulação industrial. A reforma cambial de 1953, instituindo o sistema

de taxas múltiplas de câmbio, não só dava continuidade àquele privilégio como elevava as margens de proteção à indústria, principalmente de bens de consumo. Assim, a expansão industrial entre 1947/1955 dar-se-ia a ritmo mais alto (9% ao ano) do que a verificada no período de 1939/1947, quando cresceu à média anual de 6,6% ao ano. (CANO, 1998, p.73-74)

A participação do Estado se mostra importantíssima no processo de transição das atividades industriais entre as décadas de 30 e 60. O Estado estimulou a transferência do capital agrário para a indústria através de investimentos em infra-estrutura e políticas econômicas como: organização do mercado financeiro, incentivos¹⁰ que privilegiassem a exportação e a economia industrial.

Em síntese, de acordo com Fernandes (1975) e Dundes (1997 p. 37), depois da revolução de 1930, a decisão interna em favor do impulso externo ao desenvolvimento do capitalismo monopolista, aos poucos foi tornando-se mais nítida. No fim da década de 50, fixa-se em favor ao desenvolvimento da industrialização, mas foi sobretudo a partir do golpe militar em 1964, que essa decisão interna tornou-se o principal dínamo político de todo o processo de desenvolvimento do capital monopolista no Brasil.

A industrialização no Estado de São Paulo neste período em grande parte expandiu-se em favor das grandes empresas de capitais externos. É nesta ótica que se vai iniciar o próximo item, em virtude do fato de que o surto industrial no município de Presidente Prudente originou-se das empresas beneficiadoras (de produtos primários), eminentemente formadas por capitais externos à localidade.

4.3 – A industrialização no município de Presidente Prudente/SP

A industrialização no município de Presidente Prudente iniciou-se na fase considerada “industrialização restringida”, onde o padrão de produção estava voltado para dentro do mercado nacional e cujo objetivo era promover a industrialização substitutiva de importações. Entretanto, havia um nicho de

¹⁰ O Estado após os anos 50 criou órgãos e empresas para estimular o desenvolvimento do capitalismo monopolista, os órgãos são: Conselho Nacional do Petróleo, Companhia Siderúrgica Nacional, SESI, SUMOC, BNDES, investimentos em estatais em energia elétrica e transportes, etc.

mercado externo que necessitava de alguns produtos (algodão) que se consolidou até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Conforme Cano (1998), as exportações passariam a segundo plano em virtude do desenvolvimento do mercado interno.

Em primeiro lugar, as exportações para o exterior, na maior parte daquelas regiões onde a indústria não se desenvolveu em volume significativo, continuariam ainda a ser o elemento dinâmico dessas economias. Somente passariam a segundo plano quando fossem superadas pelas exportações para o mercado interno, o que ocorreria, para grande parte da periferia nacional, a partir de meados da década de 50. (CANO, 1998, p. 173)

No caso de Presidente Prudente pode-se notar que as atividades ligadas às agroindústrias começam a declinar na década de 1950/1960 e as indústrias beneficiadoras paralisam as suas atividades na localidade. Entretanto, é atribuído o fim das atividades (beneficiadoras e moagem), à diminuição do mercado interno e externo causado pelo final da Segunda Guerra Mundial.

Retomando a industrialização no município de Presidente Prudente, originou-se na década de 30. Segundo Dundes (1997, p. 64), no mesmo instante que se inicia a fase da policultura, inicia-se a história da indústria local, com a instalação de empresas estrangeiras para o beneficiamento e processamento da grande produção do algodão e de amendoim na região de Presidente Prudente. O aumento da demanda externa por esses produtos foi condicionando pela situação imposta pela Segunda Guerra Mundial.

Antes do surto de industrialização no município existiam estabelecimentos de indústrias de pequeno porte no período de 1929/1937. Os setores que atuavam naquela época eram os seguintes: fábricas de bebidas, matadouros, atividades artesanais (fábricas de sapatos), fábricas de gelo, etc. Todas elas originaram-se de capitais modestos de seus fundadores. Abreu (1972 p. 64), considera esse período de industrialização tímida, sendo, portanto, necessária a complementação de subsídios de outras atividades.

O desenvolvimento da industrialização prudentina se estende no período de 1930/1997, e pode ser classificados em duas fases: a primeira considerada a industrialização com base em capitais externos e a segunda a industrialização de capitais internos.

A industrialização com base em capitais externos prudentina - originou-se de indústrias estrangeiras que se instalaram no município e na região de Presidente Prudente. Os ciclos de expansão e declínio de cada indústria dependia do tipo de setor em que ela atuava - os principais ciclos de desenvolvimento da industrialização são definidos em três fases: a) as indústrias beneficiadoras, período de 1937/1983; b) as indústrias frigoríficas, período 1960/1991; e a última c) as indústrias BORDON e CICA.

a) As indústrias beneficiadoras, período 1937/1983 – a partir de 1933 as indústrias beneficiadoras, originou-se algumas grandes indústrias de desencaroçamento e moagem de algodão, da mamona, e do amendoim. Neste período inicia a chegada das indústrias como: Continental Gin Co (1935), Anderson Clayton (1937), Matarazzo (1937), e Mac Fadden (1939), etc. O ápice dessas indústrias foram no período da Segunda Guerra Mundial. Não se pode deixar de salientar que as atividades agrícolas tiveram um papel importantíssimo para a expansão dessas unidades.

A região de Presidente Prudente por volta da década de 50, atraiu várias indústrias de capitais externos, cujo o objetivo era o processamento do algodão e amendoim.

Tabela 1 – Números de usinas ou depósitos – Alta Sorocabana

FIRMAS	1955	1965
Anderson Clayton S/A	10	6
Algodoeira do Sul S/A	1	-
Braswey S/A	1	1
Cia. Algodoeira Wooley-Dixon	2	1
Cia. Latino Americana	1	2
Cia. Nacional de Estamparia	1	1
Ciove Indústria de Óleos Vegetais	-	1
Cooperativa Agrícola Cotia	-	1
Cook e Cia.	2	2
Esteves e Irmãos	4	1
Elias Alasmar e Cia.	1	-
Indústria Textil Cosmopolita	1	-
Irmãos Benitos e Cia.	1	-
Kalil Macari e Cia	1	1
Lottus S/A	1	1
Luiz Bitencurt e Cia.	1	-
Mario N. Antunes e Cia.	1	-
Mc Fadden e Cia.	3	1
Matarazzo S/A	2	1
Nicolau Garib e Cia.	1	-
Pedrinha Agro-Industrial	-	1
Ramon e Cia.	1	-
Saad S/A	4	4
Sanbra S/A	9	4
Volkart Irmãos Ltda	3	-
Totais	52	29

Fonte: Leite (1972 *apud* Dundes, 1998, p. 101)

Diante da Tabela nº 1, verifica-se que houve uma diminuição das indústrias do ano de 1955/1965, ou seja, 44% das unidades que funcionavam no período de 1955 enceram as suas atividades na região. O motivo que levou essas indústrias abandonarem as suas atividades foram o declínio da cultura do algodão no final da Segunda Guerra Mundial. Entretanto com o declínio da produção, o amendoim passa a ser o principal produto trabalhado por essas que permaneceram aqui na região, em especial no município de Presidente Prudente.

As indústrias Sanbra e Lottus encerram as atividades das indústrias beneficiadoras de capitais externos: no ano de 1975 a Sanbra e a Lottus no ano de 1983. Contudo, essas empresas encerraram as suas atividades devido a decadência da agricultura regional.

b) As indústrias frigoríficas de capital externo, período 1960/1991 – na década de 60 originou-se das instalações de grandes frigoríficos na Alta

Sorocabana, especialmente no município de Presidente Prudente expandindo, assim, as atividades pecuárias extensiva de corte. Contudo, é nesta fase, que ocorre uma dispersão das indústrias frigoríficas para à localidades próximas (área de engorda).

Para Dundes (1997 p.108), o fator determinante desse modelo de localização passou a ser então, a proximidade com a matéria-prima, especialmente para frigoríficos de capital nacional.

As indústrias que se instalaram na região de Presidente Prudente na década de 60, conforme Dundes (1998 p. 108), foram: o Frigorífico Bordon (1960), Presidente Prudente; o Frigorífico Kaiowa (1965), Presidente Venceslau; o Frigorífico Prudentino (1966), Presidente Prudente; Frigorífico Luizari (posteriormente) Frigorífico Prudente (1981), Presidente Prudente; o Curtume Scarbord em (1974); e o Curtume Touro (1978), ambos localizados em Presidente Prudente.

A crise desses frigoríficos dar-se-á na década de 1980 quando o governo brasileiro proibiu as exportações de carnes, em virtude do plano de contenção a inflação – Plano Cruzado.

Para os empresários do ramo, a crise dos frigoríficos prudentinos deve-se a política tarifaria adotada pelo governo, que privilegiou outros Estados – da região centro-oeste.

c) As indústrias CICA e BORDON – essas indústrias instalaram-se no município de Presidente Prudente em meados da década de 1960 e década de 1990 do século anterior. Essas indústrias, conforme Dundes (1998), “trouxeram o desenvolvimento econômico para a região, e o seu fechamento provocou novamente uma desestruturação interna entre campo e cidade”. Contudo, essas agroindústrias empregavam (direta ou indiretamente) um contingente muito significativo para a região, e além delas serem uma das empresas que mais contribuíam para arrecadação de ICMS no município de Presidente Prudente.

O Frigorífico Bordon inicia suas atividades no ano de 1960 instalado no antigo matadouro municipal. Entretanto, a empresa Bordon estimulou o surgimento de outros frigoríficos e curtumes.

Em 1986, o Bordon de Presidente Prudente teve a sua primeira crise causada pela proibição de exportação de carne determinada pelo governo.

Segundo Dundes (1998 p. 109), a partir de 1988, o Grupo Bordon amplia as suas atividades industriais, construindo um nova unidade no município de Presidente Epitácio. O grupo continuou ampliando suas exportações, teve um crescimento de 50% em relação ao ano de 1987. Além disso, comprou o frigorífico SWIFT-AMOUR S/A.

Entretanto, a unidade de Presidente Prudente continuava em crise, dispensando funcionários e diminuindo o número de abates, ou seja, a crise que a unidade de Presidente Prudente não teve grandes significado para o Grupo Bordon. Em 1991, a indústria CICA paralisa a sua atividade no município.

A indústria Cica tem o mesmo destino da indústria anterior. A empresa instalou-se em Presidente Prudente em 1974, e promoveu a expansão agroindustrial através da tomaticultura na região.

No ano de 1973, a agroindústria de capitais externos do Grupo Bonfiglioli, passou a estimular a produção de tomate, e conta com o apoio do município que cedeu a infra-estrutura necessária e do DIRA com os técnicos. Porém, no final da década de 70, a indústria Cica passou a exigir do produtor de tomate melhor qualidade do produto.

A crise surge na década de 80. Conforme Hespanhol (1995 p.119) e Dundes (1997 p. 115), ocorre uma queda na produção de tomate rasteiro na Alta Sorocabana. Essa diminuição ocorre em função das exigências de maiores investimentos tecnológicos, e principalmente pela crise financeira que o Grupo Bonfiglioli vinha passando. No ano de 1985, a indústria Cica entra em concordata. No ano de 1987, é vendida para o Grupo italiano Ferruzi.

A partir da década de 90 começaram as demissões e cortes das linhas produção. A indústria Cica encerra as suas atividades no município de Presidente Prudente em 1992.

Conforme Dundes (1998 p. 115), “o início da década de 90 é marcado pelo fechamento das últimas agroindústrias de grande porte, de capital externo, encerrando pelo menos temporariamente o ciclo agroindustrial em Presidente Prudente”. Agora, após feito o levantamento das indústrias com base em capital externo é necessário fazer um resgate das indústrias locais.

A industrialização com base em capital local - originou-se de algumas indústrias de médio porte, que iniciaram suas atividades no início da década de

70. Entretanto, hoje elas são consideradas as principais indústrias da região. (vide Quadro 1, a seguir).

Quadro 1 - Histórico das principais indústrias de Presidente Prudente

Indústrias	Ramo	Ano de Instalação	Origem do fundador	Composição do capital	Filial	Outra Atividades do Grupo
Bebidas Wilson Ind. E Com. Ltda.	Bebidas	1945	japonesa	familiar	1	Produção de alimentos e transporte.
Irmãos Crepaldi Cia Ltda.	Curtume	1946	----	familiar	----	----
Bebidas Funada Ltda.	Bebidas	1947	japonesa	familiar	----	Distribuição de bebidas Brahma e Skol, Transporte e pecuária.
Asteca Ltda.	Bebidas	1948	japonesa	familiar	----	Produção de alimentos e transporte
Pastificio Liane	Alimentos	1963	----	familiar	----	Const. Civil, distribuição de bebidas, revenda de carros, madeireira e com. Mat. De construção
Vicente Furlanetto Cia. Ltda.	Calçados	1964	----	Ltda (familiar)	----	comercio varejista de calçados
Dicoplast S/A	Embalag. Plástica	1966	----	S/A (familiar)	----	----
Goydo Implementos Rodoviários	Impl. Rodoviários	1966	----	Ltda	---	----
Regina Indústria e comércio Ltda.	Artigos de festa	1971	----	familiar	----	----
Staner Eletrônica Ltda	Som profissional	1973	----	familiar	----	Agropecuária, taxi aéreo, auto posto, loja sonotec
Curtume Touro	Curtume	1978	----	familiar	----	Produção de calçados
Calçado Touro	Calçados	1981	----	familiar	----	Curtume
Prudenfrigo Ltda.	Frigorífico	1988	----	Ltda	----	----

Fonte: (Dundes, 1998, p.120)

Percebemos que, nesta fase, as principais indústrias prudentinas é que mantém o setor secundário. Essas indústrias a princípio surgiram para atender o mercado regional, e hoje atuam no mercado nacional e internacional. Todas elas surgiram de capitais modestos acumulados na agricultura ou comércio, prestação de serviços e pecuária.

Com o sucesso das atividades industriais, os proprietários dessas indústrias decidiram investir em outros setores (transportes, distribuidoras,

construção civil, etc.), seja para que ocorra uma sinergia (com atividades paralelas a produção – distribuidora) ou para diversificar e manter o equilíbrio do seu capital.

Em suma, as indústrias locais iniciaram suas atividades concomitantemente, na fase considerada de industrialização restringida, quando o Estado se torna o instrumento de controle econômico da burguesia industrial. É dentro deste contexto que se pode analisar o crescimento ou desenvolvimento do setor secundário local. A história da industrialização no município de Presidente Prudente tem apresentado um desenvolvimento bastante restrito, como se pode verificar nas seguintes fases: a) a indústria de capital externo originou-se em 1937, estruturada em três fases: indústrias de beneficiamento, frigoríficos e agroindústrias. O ciclo de expansão e declínio dessas unidades produtivas dependia da fase em que estava estruturada. Essa atividade permaneceu até o início dos anos 1990. b) a indústria de capital local tem os seus primórdios na década de 1940, foi constituída por pequenas unidades fabris de imigrantes. Estas indústrias de capital local começaram a se destacar a nível local e regional no início da década de 1970, com o fechamento de quase 50% das indústrias beneficiamento na região. Na década de 90 o setor secundário prudentino é composto única e exclusivamente por indústrias de capital local.

Esses dois tipos de indústrias (externo e local) compõem a história da industrialização no município de Presidente Prudente. A contribuição de ambas foi importante para o crescimento e desenvolvimento da cidade. O desenvolvimento da indústria de capital externo contribuiu de forma ímpar para a expansão do setor secundário na cidade, mas a sua saída provocou graves conseqüências como a desarticulação entre campo e cidade. Já as indústrias de capital local contribuíram com o desenvolvimento da cidade, ao longo da história, paulatinamente, conforme as suas possibilidades. Suas principais características são: a) foram constituídas de modestas quantias monetárias; b) atuam no seguimento das indústrias de bens de consumo não duráveis (alimentícios, bebidas, frigoríficos, curtumes). Entretanto, o desenvolvimento industrial prudentino não atingiu o seu ápice devido à desarticulação entre o setor secundário e o poder público, verificando-se descaso das autoridades competentes locais quanto ao desenvolvimento da economia da mesma. Portanto é necessário que as autoridades competentes articule e fomente o

desenvolvimento do setor secundário interno para que se possa pensar na expansão do setor industrial local no longo prazo.

O capítulo 5, parte de uma análise específica das indústrias de capital local, cujo objetivo é traçar a história das indústrias nipo-brasileira no município de Presidente Prudente.

5 – A HISTÓRIA DAS INDÚSTRIAS NIPO-BRASILEIRAS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

A história das indústrias nipo-brasileiras, como já foi dito anteriormente, partiu de uma análise específica das indústrias de origem local. As empresas selecionadas são: Bebidas Asteca Ltda, Bebidas Funada Ltda, Bebidas Wilson Indústria e Comércio Ltda e Sakura Nakaya Alimentos Ltda, de acordo com os seguintes critérios: a) início das atividades industriais na década de 40; b) os fundadores (sócios) terem residência em Presidente Prudente; e c) serem indústrias de médio a grande porte. Essas empresas são consideradas tradicionalíssimas e pioneiras do setor secundário na cidade, e foram fundadas antes da década de 50.

O objetivo deste capítulo é construir o perfil geral das características das indústrias nipônicas locais, ou seja, conhecer a história das indústrias e dos industriais: história de vida, de trabalho, de criação, de administração, de desenvolvimento e de tecnologia, tendo como elemento central “a origem do capital industrial nipo-brasileiro no município de Presidente Prudente”.

Apresentamos no próximo tópico, o histórico dessas quatro indústrias com o intuito de construir a trajetória da origem do capital imigrante. Assim, através da análise dos mesmos, se demonstra, na seqüência, o resultado dos dados obtidos nas entrevistas.

5.1 – Histórico da Bebidas Wilson

O fundador da indústria Bebidas Wilson, o Sr. Motoichi Oki, nasceu em 01/04/1919 na cidade de Osaka no Japão. Desembarcou no Brasil no ano de 1934, acompanhado de seus pais e avós, com apenas 15 anos de idade.

Segundo Domingos Hiroto¹¹, a família veio para o Brasil, porque o Japão estava em crise e os negócios de seu pai (do fundador) foram a bancarrota. Entretanto, eles vinham em busca de terras abundantes e fazer fortuna, pois o Brasil era considerado um país promissor e de terras abundantes.

¹¹ Domingos Hiroto, diretor geral da indústria de Bebidas Wilson, genro do sr. Motoichi Oki (o fundador) - Entrevista 03/09/2002.

O fundador da indústria, quando chegou no Brasil na década de 30, dirigiu-se para as fazendas de café na região de Ribeirão Preto/SP, onde trabalhou por volta de 6 anos na atividade agrícola. Posteriormente, mudou-se para a região da Alta Sorocabana, fixando-se no município de Álvares Machado/SP continuando as suas atividades agrícolas.

No ano de 1942 o Sr. Motoichi Oki comprou uma pensão na cidade de Presidente Prudente/SP. Depois de 8 anos de trabalho na agricultura, o fundador conseguiu acumular um capital e adquiriu o seu próprio negócio com 23 anos. Contudo, após 3 anos nesta atividade, Motoichi vendeu o pensionato para comprar uma fábrica de bebidas.

É em 1945, que o fundador, juntamente com mais três sócios, comprou a pequena indústria de bebidas - denominada "Destilaria Wilson". O capital social da indústria no ato da sua abertura era composto (3 japoneses e 1 brasileiro) pelos seguintes proprietários: Motoichi Oki, Siguetoichi Gobara, Getulio Oki e o brasileiro Sebastião Martins. Segundo Domingos Hiroto, a indústria nesta fase tinha como característica ser manufatureira. Conforme Dundes (1998, p. 126), "no início de suas atividades o processo de fabricação era extremamente rudimentar: os xaropes, conhaques e licores produzidos eram envasados manualmente". O Sr. Motoichi Oki, atuava em todos os setores da indústria (da administração à composição técnica e química dos produtos). Essa versatilidade diante das atividades produtivas advêm de uma certa experiência no setor de bebidas - as suas raízes encontram-se no Japão. Segundo Domingos Hiroto, "no Japão o pai do Sr. Motoichi era proprietário de uma indústria de saquê, que pertencia a família há centenas de anos, mas com as crises econômicas no período de guerras a indústria faliu".

Veja, segundo os jornais da região, como a experiência no Japão com a fábrica de bebidas ajudou a montar e consolidar indústria Bebidas Wilson.

Em 1945, a empresa deu início à sua produção de bebidas – conhaques, batidas, destilados e vinhos. O empreendimento constituiu-se inicialmente do desejo da comunidade no Brasil, por parte de seu fundador Motoichi Oki, da centenária fábrica de saquê (vinho de arroz) da família, na década de 30, e Osaka/Japão. A concretização desse desejo deu-se com a criação da pequena indústria de destilaria. (Oeste Notícia, 25/05/2002).

Deve-se (sic) reportar necessariamente ao Japão para iniciar a história das Bebidas Wilson. E que criança ainda, seu principal diretor e fundador Motoichi, aprendeu a observar o trabalho de seu próprio pai, fabricante de saquê. A idéia de produzir bebidas, destinada a atender os hábitos do povo, fazendo-o mais alegre e descontraído, cresceu dentro de Motoichi Oki. (O Imparcial, 30/06/85 *apud* Dundes, 1998, p. 127).

Na década de 50, a indústria de Bebidas Wilson encontra dificuldades em dar prosseguimento às suas atividades de produção, seja na área comercial ou na área de produção, em virtude da Segunda Guerra Mundial. Os japoneses e descendentes de japoneses tiveram grandes dificuldades para manter a sobrevivência dos seus negócios. Segundo, Dundes (1998), o preconceito sofrido pelos japoneses nesse período, dificultava as mais simples relações comerciais. Assim, as compras de produtos de fabricação de bebidas, como o açúcar e o álcool, geralmente era realizada utilizando o nome de amigos, que não possuíam descendência japonesa.

A partir de 1954, a indústria muda o seu capital social, e tem como sócios vários funcionários de confiança e a razão social da indústria nesta fase passa a ser “ Bebidas Wilson S/A – Indústria e Comércio. Para Dundes (1998, p.126), a manutenção do nome deu-se em razão de não identificar a origem japonesa de seus proprietários, fato que durante a Segunda Guerra Mundial, dificultava suas atividades econômicas.

O desenvolvimento da tecnologia na fábrica começa na década de 50 com modernização e ampliação da indústria, com a aquisição das máquinas enchedoras e lavadoras automáticas.

Na década de 70, a indústria novamente mudou seu maquinário por outras máquinas mais avançadas da época (enchedoras, tampadouras e rotuladoras), aumentando assim, a produtividade (as máquinas foram importadas da Argentina). Visando em atender as necessidades do mercado e da própria empresa, em 1978, a Bebidas Wilson deu início a um novo ciclo, redirecionando suas atividades para o início da produção de alimentos.

A indústria, no final da década de 70, inicia a produção de condimentos alimentares como molho de pimenta e molho de soja. É nesta fase que a Bebidas Wilson começa a vender seus produtos para outros Estados do Brasil (MG, BA, GO, CE, MT, AC, RM, etc).

Em 1988, a indústria construiu uma nova unidade, a 15 km de Presidente Prudente no município de Regente Feijó. A sua produção está voltada somente para a fabricação de produtos alimentares, como: molhos de tomate, catchup, mostarda, achocolatados, sucos, etc.

Segundo Dundes (1998, p. 128), com o fechamento da Cica, esta unidade da Wilson, passou a absorver parte da produção de tomates da região, estabelecendo com os antigos produtores da Cica novos contratos de compra de seu produtos. Nessa unidade, cuja área é de 18 hectares, foram implantados também processos de tratamento de água, que juntamente com outros resíduos industriais, são aproveitados na agropecuária desenvolvida na área da unidade (cultivo de frutas e criação).

Atualmente, a indústria conta com duas unidades industriais. A primeira situada no local da fundação (Vila Marcondes), com área construída de 6.000 m², onde estão a fábrica de bebidas, estocagem, a área administrativa e desenvolvimento de produtos. Nessa unidade são fabricados os xaropes, batidas, licores, vinhos compostos, conhaque e amargos. A segunda unidade ocupa uma área aproximada de 37 hectares, localizados na Rodovia Raposo Tavares, no município vizinho de Regente Feijó. Nessa unidade são processados os derivados de tomate (como o extrato de tomate, molhos refogados, molhos cremosos, mostarda, molho de pimenta, shoyu, refrescos em pó e achocolatados).

5.2 – Histórico da Indústria de Bebidas Funada.

O fundador da Indústria de Bebidas Funada, Mapppei Funada, deixa o Japão em dezembro de 1931, rumo ao Brasil, acompanhado da sua esposa Kimi Funada e dos filhos Motoharu, Mitiko, Mariko e Yoshiyuki. Chegou ao Brasil em 14 de janeiro de 1932, desembarcando do navio Monteideú-Marú em companhia de sua esposa Kimi Funada e dos Filhos.

Chegando, dirigiram-se para as fazendas de café como colonos da fazenda Santo Antônio, em São José do Rio Pardo/SP. Depois de 2 anos foram como arrendatários para a colônia de Guachos, na cidade de Martinópolis/SP. Quatro

anos depois, estabeleceram-se como proprietários na colônia Pacífica, em Caiabu, com uma área de 10 alqueires.

Em 1942, a família Funada, com seus 9 filhos, deixou as atividades rurais e fixou-se em Presidente Prudente como comerciante de uma sorveteria¹², na atual avenida Cel. Marcondes, esquina com a rua Rui Barbosa.

Em 15 de setembro de 1947, o sr Mappei Funada iniciou a sua atividade industrial, com a fundação de uma fábrica de bebidas denominada “Funada & Filho”, com a participação dos filhos Motoharu e Yoshiyuki. A linha de produtos da indústria, na época, incluía: guaraná, soda limonada, água tônica, xaropes, conhaque, água ardente, quinado, raiz amarga e vinagre.

A partir de 1952, a empresa passa a ser denominada “Indústria e Comércio de Bebidas Funada Ltda”, quando a fábrica adquiriu uma máquina semi-automática, de origem francesa, da marca Moder Bond, e uma lavadora de garrafas Naschold, com capacidade produtiva de 800 garrafas por hora.

A indústria, em 1958, adquiriu outra máquina Naschold com capacidade de 1.500 garrafas por hora. Em 1962, comprou outra máquina com capacidade de 3.500 garrafas por hora, quando passou a fabricar somente refrigerantes. Contudo, em 1965, há uma diversificação nas atividades com a aquisição da Agência Willy (Ford).

Segundo Dundes (1998, p. 129), na década de 60 e 70, o sucesso da indústria permitiu que o grupo ampliasse seus negócios, investindo também em outros setores, como revenda de automóveis e terras. Porém, em 1970, dar-se-á início à atividade da empresa de estruturas metálicas Funada, em Presidente Venceslau/SP e da fundação da transportadora “Mérito Ltda”. Em 1972, a indústria começa a exportar para a Bolívia.

Em 1971, a indústria conseguiu adquirir uma linha completa de máquinas da marca Holstien-Kappert, com capacidade de produção de 10.000 garrafas por hora. Também foi adquirida uma área de terras com 2.640 hectares no Mato Grosso do Sul (hoje com 5.550 hectares), cuja principal atividade é a criação de gado de corte.

A indústria, no ano de 1977, incorporou mais um conjunto de máquinas totalmente automático, da marca Holstein-Kappert, com capacidade para 20.000

¹² Marcos Funada, diretor financeiro da Indústria de Bebidas Funada, neto do sr. Mappei Funada (o fundador) - Entrevista 06/09/2002.

garrafas por hora. Neste ano, a indústria recebeu o título da “indústria do ano”, pela Associação Comercial de Presidente Prudente.

Conforme Dundes (1998, p. 129), além de fabricar seus produtos, em 1978 a empresa estabeleceu um contrato de franquia com a Brahma e passou a produzir e engarrafar toda a sua linha de refrigerantes. Esse contrato exigiu da indústria a implantação de um rígido sistema de análise e tratamento das matérias-primas utilizadas na produção, e investimentos em equipamentos de fabricação, estocagem e engarrafamento das bebidas. Em 1983, a indústria firmou um contrato com a Skol, produzindo também seus refrigerantes. Em 1982, inicia-se a exportação para o Paraguai.

A partir de 1986, inauguram-se novas instalações da Funada em terreno próprio de 48.000 m². A capacidade instalada passa para 30.000 garrafas por hora. Nesta fase, o aumento da produção dar-se-á pela aquisição de um novo conjunto de máquinas (esteiras, lavador, transportador, enchedor, arrolhador e rotulador de garrafas).

Em 1992, ocorreu uma nova ampliação com a aquisição de novos equipamentos de tecnologia alemã da marca Krones, de alta capacidade de produção, além de equipamentos San Martin e outros fornecedores levando a produção para 60.000 garrafas. Em 1995, a indústria adquiriu mais de 10 caminhões para a sua frota.

Para suprir o mercado de embalagens retornáveis tipo P.E.T., em 1996, foram adquiridos equipamentos San Martin, com capacidade de 7.200 garrafas.

Atualmente a “Indústria de Bebidas Funada” vende os seus produtos para os Estados: São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, etc. Desde a década de 70, a empresa vem exportando seus produtos para a Bolívia e o Paraguai. Como se pode verificar a Indústria Funada conquistou uma parcela significativa do mercado esses 55 anos de fundação com a sua linha de produtos. A linha de produção divide-se em duas etapas: linhas de produtos próprios e linhas de produtos da Brahma. Na linha de produtos próprios podemos encontrar os seguintes produtos: Tubaína Funada, Guaraná Funada, Mican, Soda Funada, Refricola, Frutuba Guaraná, Frutuba Laranja e Frutuba Limão. Na outra linha dos produtos da Brahma são os seguintes: Guaraná Brahma, Sukita Brahma, Limão Brahma, Tônica Brahma. A empresa é constituída de dum grupo de empresas

coligadas; as empresas são: Transportadora Mérito Ltda, Distribuidora de Bebidas Mérito Ltda, Fazenda Mappei, Estância Funada, Fazenda Iepê e Sítio São Paulo.

5.3 – Histórico da Indústria de Bebidas Asteca

O fundador da Indústria de Bebidas sr. Keniti Fukuhara, nasceu no dia 07/02/1898 na Província de Fukuoka no Japão. Desembarcou no Brasil, no navio Wakassa-Maru no porto de Santos na companhia do seu irmão e da cunhada com apenas 14 anos de idade.

Após o desembarque foram para a cidade de Alvarenga na região Mogiana, depois para Ribeirão Preto/SP, na fazenda Fernão, e Conquista/MG no Triângulo Mineiro. Desde a chegada, o sr. Fukuhara vem trabalhando na agricultura, nos plantios de café, arroz e milho.

Mais tarde, em Sacramento, no Estado de Minas Gerais, arrendaram juntamente com outras três famílias 80 alqueires de terra para cultivar arroz e milho.

Passando o período de arrendamento, voltaram para o Estado de São Paulo, em Rio Claro/SP, e posteriormente para Santo Anastácio/SP município próximo à cidade de Presidente Prudente. No entanto, o sr. Keniti chega à região da Alta Sorocabana sozinho, pois seu irmão e a sua cunhada retornaram ao Japão.

No período de 1936/1942, o sr. Keniti mudou-se para o município de Presidente Bernardes/SP, dedicando-se nesta fase, ao ramo de padaria e confeitaria. Depois de 6 anos atuando neste setor, o fundador ingressou na área industrial da fabricação de mentol (1942/1948), sendo um dos pioneiros na América Latina.

A partir de 1948, o sr. Keniti transferiu-se para a cidade de Presidente Prudente. Há época, Fukuhara convidou o seu cunhado Massami Honda¹³

¹³ O sr. Massami Honda , é o outro fundador da atual Indústria de Bebidas Asteca, nasceu na província de Kumamoto-Kem no dia 10 de agosto de 1917. Com os pais Tesujiro Honda e Yone Honda, o avô Kameitiro Honda e o tio Seizo Honda, Massami chegou ao Brasil em 1930. A família instalou-se no município de Santo Anastácio/SP, no sítio Lage, onde trabalhavam na lavoura

(também oriundo do Japão), para constituírem uma fábrica de bebidas. Contudo, adquiriram a Destilaria Bardini, da família Abid Tannus, em Presidente Prudente.

No dia 28 de junho de 1948, Keneti Fukuhara e Massami Honda mudaram a razão social da empresa para Fukuhara Honda & Cia Ltda. Eles fabricavam exclusivamente bebidas: vermut, quinado, amargos e aperitivos com a marca Paulista.

Pouco tempo depois, a marca ganhou o nome de Asteca. Em 1951, iniciaram a construção de uma nova fábrica e também passaram a produzir refrigerante. Uma produção encerrada em 1957, quando iniciaram a fabricação do molho de soja shoyu com a marca Hinomoto e mais tarde o molho de pimenta e molho inglês.

Em 1966, criaram uma nova empresa: a Transportadora Andes, para a distribuição dos produtos. Com o tempo, a produção foi deixando de ser artesanal, e nesta fase os filhos dos fundadores tiveram uma importante participação no processo de modernização.

Em 1992, foi iniciada a construção de uma nova fábrica no distrito industrial de Presidente Prudente¹⁴, cuja área era de 21.000 m² e a área de construção era de 7.500 m².

Atualmente, a Bebidas Asteca possui uma linha de produtos bastante diversificada. A indústria fabrica, Vermut Fiorino, Batidas Baianinha, Vodka Askov, Jurubeba Chapéu e Caninha Chapéu de Palha. Também produz licores com a marca Golf. Na linha de alimentos da indústria, fábrica os seguintes produtos: shoyu Hinomoto, e molhos de pimenta e inglês com a marca Asteca. A produção é totalmente automatizada, inclusive com máquinas importadas. A Bebidas Asteca emprega 270 funcionários diretos e mais de 100 vendedores autônomos e representantes. Para a distribuição dos seus produtos, possui uma frota de caminhões próprios e contrata serviços de terceiros, utilizando em torno de 80 unidades. Contando os empregos indiretos, a empresa Fukuhara Honda & Cia Ltda beneficia mais de 1.500 pessoas.

¹⁴ Kazuo Fukuhara, diretor geral da Indústria de Bebidas Asteca, filho do sr. Keneti Fukuhara (o fundador) – Entrevista 30/08/2002

5.4 – Histórico da Indústria Sakura Nakaya Alimentos

O sr. Hidekazu Nakaya nasceu dia 13/01/1904 no Japão. Chegou ao Brasil em 1932. Desembarcou no porto de Santos com a sua esposa Tomi Nakaya e os Filhos Hitozi, Hitaro, Keiko, Naoe e Jenryo, juntamente com os seus pais e irmãos entre eles o sr. Suekichi Nakaya. Vieram para trabalhar na lavoura de café na cidade de Promissão/SP.

O fundador inicia as suas atividades produtivas (molho de soja) desde os tempos de colono, onde fabricava e vendia os seus produtos para amigos e companheiros das lavouras de café.

No final da década de 30, o irmão do sr. Hidekazu Nakaya, o sr. Suekichi Nakaya, deixa a fazenda de café e muda-se para a cidade de São Paulo, iniciando a sua produção de shoyu (molho de soja). E no começo da década de 40, a indústria é registrada com a razão social “S. Nakaya e Cia.”. Em 1947, a marca Sakura Nakaya Alimentos Ltda, foi registrada.

Entretanto, o irmão do Sr. Suekichi Nakaya continuou trabalhando na fazenda de café no bairro Antinha em Promissão/SP, permanecendo nesta atividade durante 15 anos. E em 1947, transferiu-se para cidade de Presidente Prudente, com o objetivo de iniciar a sua produção artesanal de Shoyu, em sua residência, com a expectativa de vender esse produto para a colônia japonesa da região.

Em 1950, o fundador da unidade de Presidente Prudente decidiu investir e industrializar o seu produto. Nesta fase, a fábrica é registrada com a razão social Hidekazu Nakaya Companhia Ltda, e começa indústria a realizar a sua produção de molho com a marca Cereja em escala comercial, utilizando-se das técnicas desenvolvidas por ele, na sua produção artesanal.

Para o sr. Hidekazu, a principal dificuldade no início das atividades, era a matéria-prima (de se encontrar trigo), que junto com a soja é uma das matérias primas básicas de produção. Na década de 50, o fundador lançou-se a um incansável desenvolvimento artesanal de métodos e composições. Por fim, chegou à fórmula ideal para as condições da época, substituindo o trigo pelo milho em grão. Uma adaptação tradicional da receita oriental do molho de soja às condições brasileiras.

Em 1976, a indústria do Sr. Hidekazu recebeu uma proposta para vender a sua indústria para uma empresa japonesa. Mas, para não deixar o irmão sair prejudicado caso ele fechasse o negócio, decidiu convidar o sr. Suekichi para fazer a fusão das duas indústrias¹⁵. A partir daí, as indústrias Sakura Nakaya Alimentos e Hidekazu Nakaya Cia. Ltda, tornaram-se uma só empresa, cujo matriz seria a unidade fabril de São Paulo. Contudo, segundo Ricardo Nakaya, a venda da indústria Sakura Nakaya Alimentos Ltda não se concretizou, porque o valor oferecido pela multinacional japonesa foi muito baixo.

A partir da fusão das duas unidades, a Sakura ampliou suas vendas atendendo todas as outras regiões do país. Neste período teve início um relacionamento com indústrias similares do Japão. Este intercâmbio permitiu à Sakura dominar uma série de tecnologias, que vieram completar o processo produtivo.

Na década de 80, a Sakura construiu uma nova unidade na cidade de Boituva/SP, e também consolidando e ampliando a unidade de São Paulo/SP e de Presidente Prudente. A renovação dos equipamentos e processos produtivos tem sido constante com objetivo de manter a empresa competitiva em nível mundial.

Os anos 90 representam um grande desenvolvimento para a Sakura. Utilizando seu conceito de confiabilidade e tradição, a Sakura passou a produzir para outras empresas do setor, tornando-se então um dos maiores fabricantes de molhos alimentícios do país, dentro do seu segmento. Esse acordo de fabricação para terceiros proporcionou à Sakura atender os mais exigentes requisitos da fabricação de produtos e alimentos.

Atualmente a Sakura detém 85% do mercado brasileiro e 80% do mercado paulista no segmento de molhos e condimentos típicos da culinária nipônica. A indústria possui 4 unidades, são as de São Paulo/SP, Presidente Prudente/SP, Boituva/SP e Extrema/MG.

A unidade de Presidente Prudente tem um faturamento mensal de 3 milhões de reais e fábrica os produtos da marca Cereja. São estes três os produtos: Cereja Export, Cereja Tradicional e Ussu-Shoyu. Essa unidade

¹⁵ Ricardo Nakaya, diretor geral da unidade de Presidente Prudente, neto do sr. Hidekazu (o fundador) - Entrevista 23/08/02

representa 10% do total da produção física da indústria Sakura Nakaya Alimentos Ltda.

Em suma, as histórias desses imigrantes nipônicos são semelhantes. Todos vieram para o Brasil despossuídos de qualquer quantia monetária, acumularam o seu capital no árduo trabalho na lavoura, posteriormente, passaram para o comércio e tempos depois adquiriram sua pequena unidade fabril. Essas quatro unidades de produção atuam no mesmo segmento de bebidas e molhos e são concorrentes entre si, exceto a Indústria de Bebidas Funada que produz refrigerantes - um produto diferenciado daqueles das outras três indústrias. Das quatro indústrias nipo-brasileiras, apenas três podem ser consideradas de capital local. Já a Indústria Sakura Alimentos após 1976, deixou de ser capital local devido à fusão da unidade prudentina com a indústria do Sr. Suekichi Nakaya, passando assim a ser uma simples filial.

6 – AS ORIGENS DO CAPITAL NIPO-BRASILEIRO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

A análise da origem do capital industrial brasileiro será feita segundo interpretações dos autores Silva (1995) e Ianni (1989).

Segundo Silva (1995, p. 17), a economia cafeeira foi o principal centro de acumulação de capital no Brasil. É na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí que se encontra a maior parte das indústrias nascentes.

Ianni (1989, p. 31-32), afirma que o nascimento da indústria nacional, no âmbito de uma economia predominantemente agroexportadora se deu através de três tipos de empreendimentos: a) a indústria seria aquela proveniente das aplicações de capitais de cafeicultores; b) a indústrias originaram-se das empresas fabris fundadas pelos imigrantes; e por último, c) as indústrias provenientes de capitais externos.

Essas duas teorias sobre a origem do capital no Brasil, definem o padrão de acumulação de capital da época. A primeira teoria afirma que o capital agrário (café) dinamizou o processo de desenvolvimento das indústrias. A outra teoria, argumenta que o capital no período agrícola exportador passou por três fases, e deu origem a outras vertentes sobre a origem do capital.

Para se entender as origens dessas teorias é necessário compreender a origem da burguesia industrial no Brasil. Dentro dessa perspectiva há duas interpretações: a) a burguesia industrial nascente das classes médias brasileiras; b) a burguesia industrial nascente das classes médias burguesas da Europa.

A burguesia industrial nascente das classes médias brasileiras, originou-se da economia agrário-exportadora e do núcleo de imigrantes europeus no século XIX . Esses imigrantes vieram para o Brasil desprovidos de capital, e com o seu trabalho no campo acumularam uma certa quantia monetária e montaram a sua pequena indústria.

Analisando-se o tipo dos industriais brasileiros, observa-se que boa parte deles se constituiu de indivíduos de origem modesta que, estabelecendo-se com empreendimentos a princípio insignificantes, conseguiram graças aos grandes lucros dos momentos de prosperidade e um padrão de vida recalcado para um mínimo essencial à subsistência, ir acumulando os fundos necessários para ampliarem suas

empresas. Este será o caso, em particular, de imigrantes estrangeiros colocados em situação social que lhes permitia tal regime de vida. Efetivamente a maior parte da indústria brasileira encontrou-se logo nas mãos de adventício de recente data ou seus sucessores imediatos – Matarazzo, Crespi, Jaffet, Pereira Ignácio, etc. (PRADO JR., p. 265)

Várias indústrias bem sucedidas no século XX, fizeram parte desse processo árduo de acumulação de capitais, onde grande parte era de pequenos industriais. Expandiram-se em virtude, da conjuntura da época que era propício, mas sobretudo da acumulação privada dos lucros obtidos das atividades industriais. Contudo, há outros teóricos que criticam essa visão, afirmando que a origem da burguesia nacional advêm das classes médias européias e não das classes médias brasileiras.

Os dados biográficos que se possuem revelam que quase todos, em sua pátrias, haviam morado em cidades, pertenciam a famílias da classe média e possuíam instrução técnica, ou, pelo menos, certa experiência no comércio ou na manufatura. Muitos chegaram com alguma forma de capital: economia de algum negócio realizado na Europa, um estoque de mercadorias, ou a intenção de instalar filial da sua firma. Outros haviam sido contratados para trabalhar em empresas de propriedades de fazendeiros, à semelhança dos colonos e dos operários têxteis, mas como técnicos ou administradores..., eram geral os burgueses imigrantes chegaram à São Paulo com recursos que os colocavam muito à frente dos demais praticamente estabeleceram uma estrutura de classe pré-fabricada. (DEAN, 1971, p.59)

Entretanto, a partir desta ótica, a burguesia industrial das classes médias européias, possui uma boa bagagem de conhecimento e tecnologia superior as das classes médias burguesas nacionais, sem considerar que vários deles imigraram para o Brasil capitalizados e com o objetivo de instalar suas fábricas aqui no Brasil.

A burguesia industrial nascente tinha como base o processo de acumulação nas pequenas indústrias. Contudo, com a chegada da burguesia européia, o comércio passa a ser também o centro de acumulação de capital, a partir de 1880.

Em suma, o capital industrial nacional, segundo as interpretações de Silva (1995) e Ianni (1989), originou-se na agricultura, nas indústrias fabris imigrantes e no capital externo. A consolidação deste capital ocorreu no período de 1880 à 1930.

A análise da origem do capital industrial prudentino dar-se-á segundo à interpretação desses três autores: Abreu (1972), Leite (1972) e Dundes (1998).

Abreu (1972, p. 141), afirma que estas pequenas indústrias surgiram pelas iniciativas de pessoas que não tinham condições financeiras para trabalhar com a agricultura, devido ao preço da terra. Foi o pequeno capital local que deu origem a essas atividades que, no entanto, seja por falta de capital, seja por falta de tecnologia, não conseguiram competir com as indústrias externas, tanto em função do preço como em função da qualidade dos produtos. Assim, em muitos casos acabaram não dando certo.

As indústrias de capital externo têm o seu auge no beneficiamento da cultura do algodão. Para Leite (1972, p. 41), o algodão motivou a instalação de poderosas indústrias de desencaroçamento ou moagem do grão em várias cidades. Geralmente, essas primeiras usinas eram estrangeiras, mormente norte-americanas.

O desenvolvimento da indústria prudentina originou-se das indústrias de capital local. Essas indústrias mais antigas, cujos proprietários eram imigrantes, foram importantíssimas para o desenvolvimento do setor. Veja conforme Dundes (1998).

É necessário salientar que a influência direta do imigrante, na origem da indústria prudentina, limitou-se estritamente às mais antigas: as indústrias de bebidas por exemplo, foram fundadas na década de 40 por imigrantes japoneses, e ainda hoje continuam sob o comando da família de seus fundadores; já outras indústrias, como o Curtume Crepaldi e fábrica de calçados Furlanetto, foram fundadas por descendentes de imigrantes italianos. É inegável, portanto, a importância dos imigrantes, especialmente japoneses, na constituição de algumas das fábricas locais de bebidas e molhos (principalmente o molho de soja, destinado ao atendimento da colônia local). A presença do imigrante japonês, neste caso foi condicionante para a existência de tais indústrias; entretanto, a longevidade e o sucesso empresarial não são conquistas exclusivas das indústrias cujos fundadores foram imigrantes: indústrias mais novas como Liane, a Staner, e a Regina, que atuam no mercado nacional, por exemplo, não surgiram das iniciativas de imigrantes; seus fundadores são descendentes da segunda e terceira geração de estrangeiros. (DUNDES *apud*, SILVA, 1998, p. 19)

A maior parte das indústrias prudentinas originou-se de um pequeno capital modesto e privado, que foi investido no setor secundário de bens de consumo não-duráveis. Contudo, como essas indústrias surgiram das iniciativas ligadas a agricultura. Esta atividade, posteriormente, daria suporte e base para a iniciativa de outras atividades como comércio e pecuária.

A influência do imigrante nas atividades industriais prudentinas foi importantíssima para o desenvolvimento desse setor. Seja o imigrante da pequena fábrica ou as empresas de capitais estrangeiros, ambas promoveram o surto do desenvolvimento industrial na cidade. Pena que as atividades agrícolas e agropecuárias juntamente com as autoridades competentes (Estado e município) não souberam dinamizar a industrialização no município. Atualmente, fica cada dia mais difícil empregar esse termo na nossa região – industrialização – pois não temos mais um parque industrial como o de 1955 com 52 agroindústrias.

Como se pode verificar, a origem do capital industrial prudentino adveio da agricultura. Mas segundo Abreu, este dos proprietários de pequenas fábricas investiram no setor secundário em virtude de não terem condições financeiras para adquirir um lote de terras, devido ao alto preço da terra. Contudo, a origem do capital industrial nipo-brasileiro, deu-se pela fusão do capital agrícola e do capital comercial. Essa dinâmica dar-se-á diferente das indústrias não-nipônicas de capital local, pelo desejo do imigrante nipônico em constituir a sua unidade fabril no município.

6.1 – Análise e interpretação dos dados coletados

Os dados coletados, estabeleceram-se no universo de 4 indústrias situadas no município de Presidente Prudente – as indústrias são: Bebidas Astecas Ltda, Bebidas Wilson Indústria e Comércio Ltda, Indústria de Bebidas Funada Ltda e Sakura Nakaya Alimentos Ltda. Tais empresas foram selecionadas por serem eminentemente de famílias nipônicas.

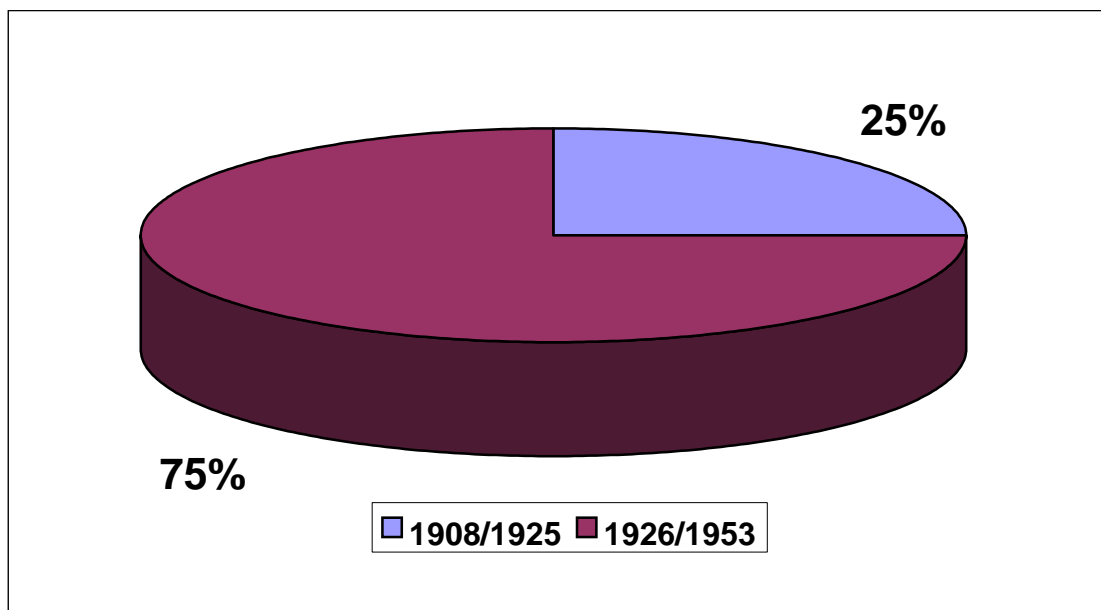
A entrevista foi aplicada aos diretores das indústrias: Kazuo Fukuhara, Domingos Hiroto, Marcos Funada e Ricardo Nakaya. A entrevista apresenta no seu contexto três fases: a) uma retomada histórica da vida pessoal do fundador; b) análise da história da indústria; e por último, c) verifica as características atuais da indústrias. A entrevista é composta de 54 questões às quais são perguntas abertas e fechadas.

Através dos dados coletados, foram elaborados alguns gráficos com as quais se teve por objetivo construir a trajetória da origem do capital do imigrante.

Assim, através da análise dos mesmos se demonstrado, na seqüência o resultado obtido com a pesquisa de campo.

No que se refere ao período em que o imigrante chegou ao Brasil, as informações foram reunidas no Gráfico 1 abaixo.

GRÁFICO 1 – Fases em que os imigrantes ao Brasil



Fonte: Pesquisa de campo (2002). Organizado pelo autor.

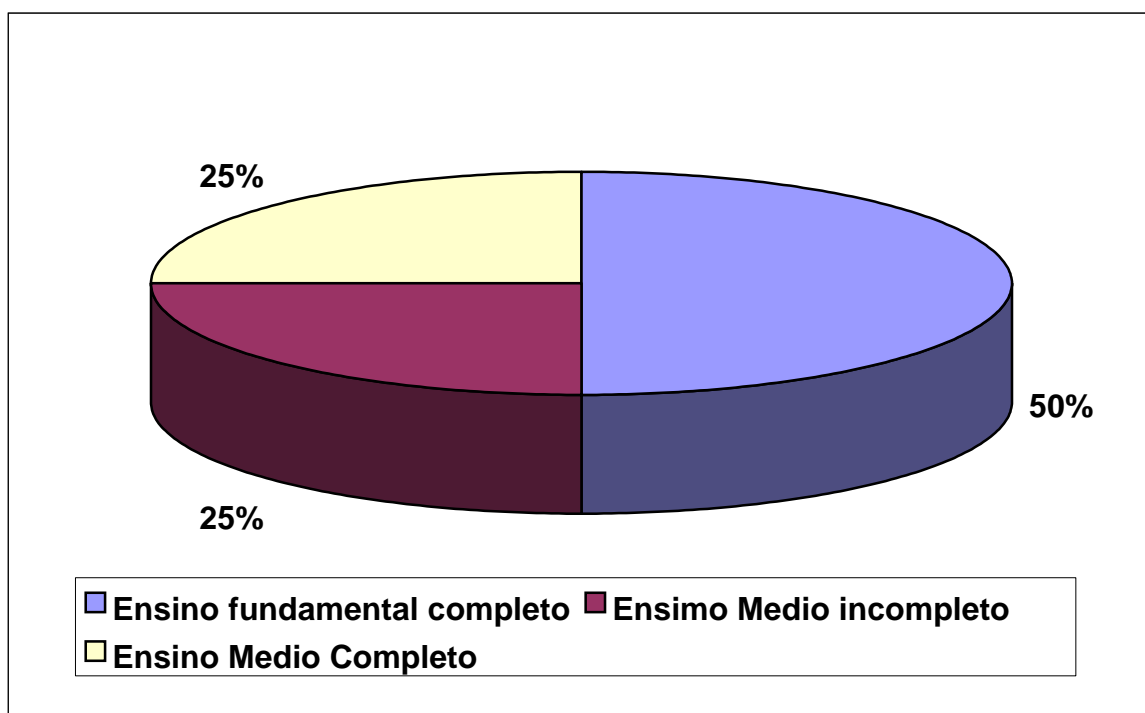
Em relação à esta questão, é válido lembrar que a imigração japonesa durante o seu ciclo imigratório para o Brasil teve três fases. A primeira fase (1908/1925), corresponde ao momento caracterizado por uma estratégia temporária de curta duração; a segunda fase (1926/1953), corresponde a uma estratégia de trabalho de longa duração; e por fim a terceira fase (1953/1975), corresponde, à fixação e a permanência no Brasil.

O ciclo de imigração da primeira fase teve como característica a vinda de jovens japoneses subsidiados pelo governo brasileiro. A segunda fase tem como característica a entrada de várias famílias subsidiadas pelo governo japonês. Contudo, é a partir da segunda fase que os imigrantes começam a se fixar no território brasileiro, sobretudo, após o fim da Segunda Guerra Mundial dando início à terceira fase, caracterizada pela fixação desses imigrantes no Brasil.

Na primeira fase, encontrar-se o sr. Keniti Fukuhara (representa 25%) que chegou no Brasil em 1913, com apenas 14 anos, acompanhado do seu irmão e da sua cunhada, que posteriormente voltaram ao seu país de origem.

Na segunda encontram-se os fundadores das Bebidas Funada (1933), Bebidas Wilson (1933) e a Sakura Alimentos (1932), que chegaram em depois de 1926, representam 75% do universo pesquisado.

GRÁFICO 2 – Grau de escolaridade do fundador da indústria

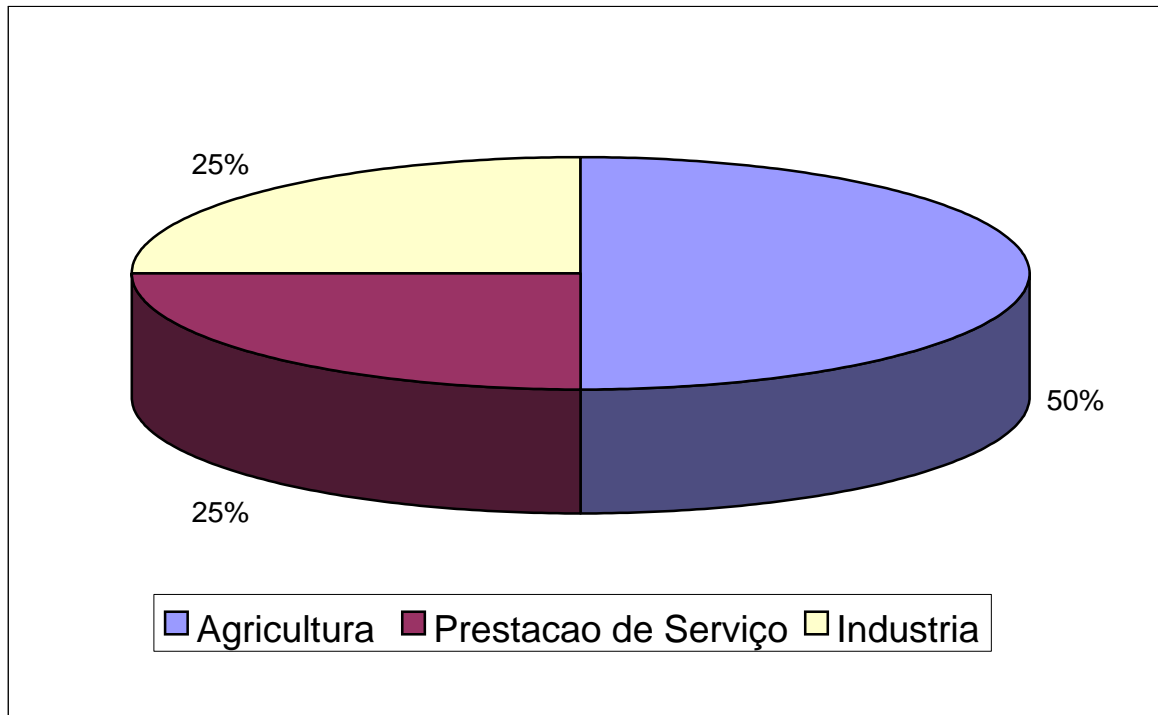


Fonte: Pesquisa de campo (2002). Organizado pelo autor.

O grau de escolaridade dos fundadores das indústrias é identificado nesta questão como algo surpreendente se comparado com o nível de alfabetização no Brasil no período da década de 30. Constatou-se, como pode ser observado no Gráfico 2, que os fundadores das indústrias Sakura e Asteca estudaram (Japão) até o ensino fundamental incompleto, representado assim 50% do total. O fundador da Bebidas Wilson, estudou o curso técnico em eletrotécnica no Japão e não concluiu devido à sua vinda para o Brasil, ou seja, corresponde ao ensino médio incompleto (25%). Entretanto, o fundador da bebidas Funada concluiu o ensino médio (25%). Com isso se observa que todos eles estudaram no Japão quando crianças e adolescentes. A formação educacional pode ter ajudado no

processo de formação e acumulação de capital e na constituição das suas unidades produtivas.

GRÁFCIO 3 – As atividades econômicas desenvolvidas pelos imigrantes no Japão

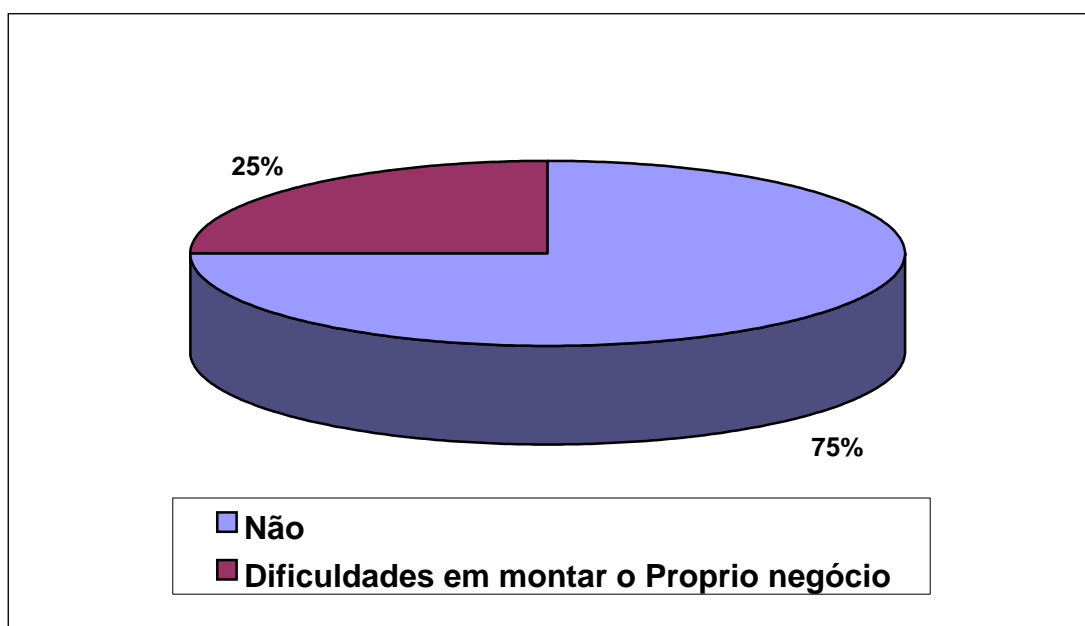


Fonte: Pesquisa de campo (2002). Organizado pelo autor.

No Gráfico 3, onde são apresentadas informações sobre o tipo de atividade econômica desenvolvidas no Japão, pelos fundadores das indústrias Asteca, Funada, Wilson e Sakura, constatou-se que 50% dos entrevistados trabalhavam na agricultura, no cultivo de várias culturas – fundadores das indústrias Funada e Asteca. O fundador da indústria de Bebidas Wilson trabalhava na indústria (representando 25 % da amostra), ou seja, ele era proprietário de uma indústria de bebidas - fabricava saquê. O sr. Hidezaku (o fundador da indústria Sakura) trabalhava no setor de prestação de serviço (representando 25 % da amostra). Segundo Ricardo Nakaya, o sr. Hidekazu no Japão trabalhava na sua residência, onde fabricava e vendia o molho de soja para cidade onde morava.

Por essas informações o, trabalho desenvolvido no Japão está muito ligado com as atividades produtivas que eles viriam a desenvolver no município de Presidente Prudente.

GRÁFICO 4 – Qual o problema enfrentado quanto à adaptação em Presidente Prudente



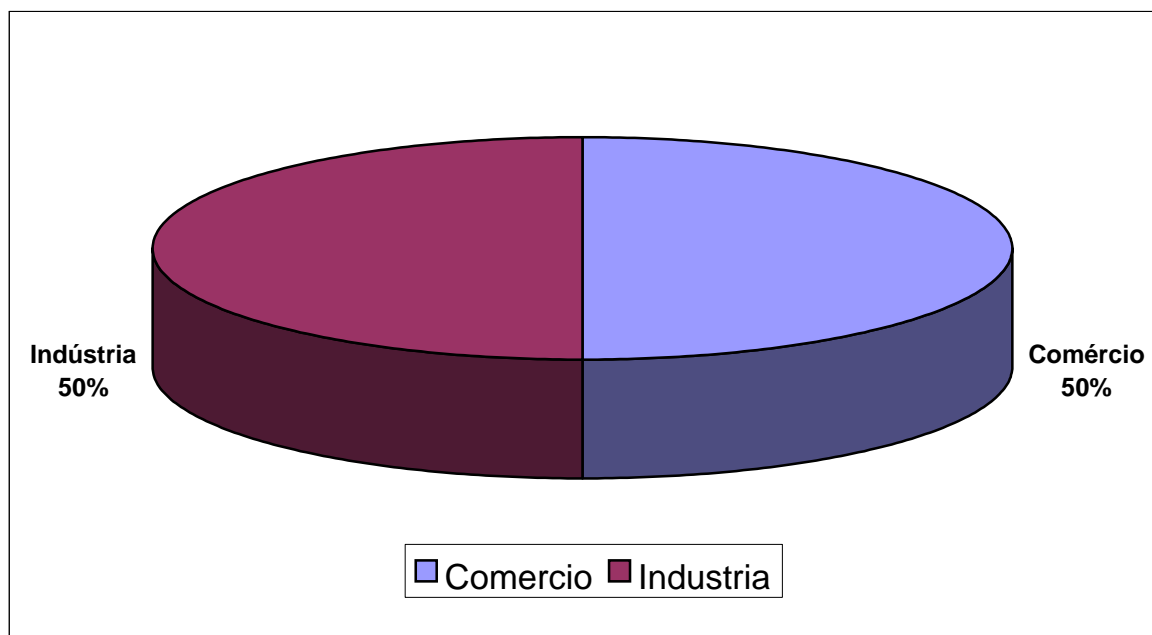
Fonte: Pesquisa de campo (2002). Organizado pelo autor.

Como se verifica no Gráfico 4, 75% dos entrevistados não tiveram problemas de adaptações na cidade de Presidente Prudente. Para eles, as dificuldades encontradas foram no período da colonização, quando trabalhavam no café. Depois desse período, os fundadores passaram por várias cidades e Estados (Keniti Fukuhara trabalhou em uma cidade próxima ao Triângulo Mineiro), até chegar à cidade de Presidente Prudente. Chegando aqui, já acostumados e adaptados com o padrão de vida no Brasil não tiveram nenhum problema (Asteca, Funada e Wilson).

A dificuldade encontrada pelo o industrial Sr. Hidekazu (25% da amostra) ocorreu porque ele não conhecia a região, pois morava em outra cidade (Promissão/SP). O fundador veio para Presidente Prudente com o propósito de montar o seu próprio negócio. Chegando aqui com a sua família, teve dificuldade

de montar o seu próprio negócio em virtude da instabilidade do clima – alta temperatura, não era o ideal, a princípio, para preparar o molho de soja.

GRÁFICO 5 – Atividades econômicas desenvolvidas em Presidente Prudente

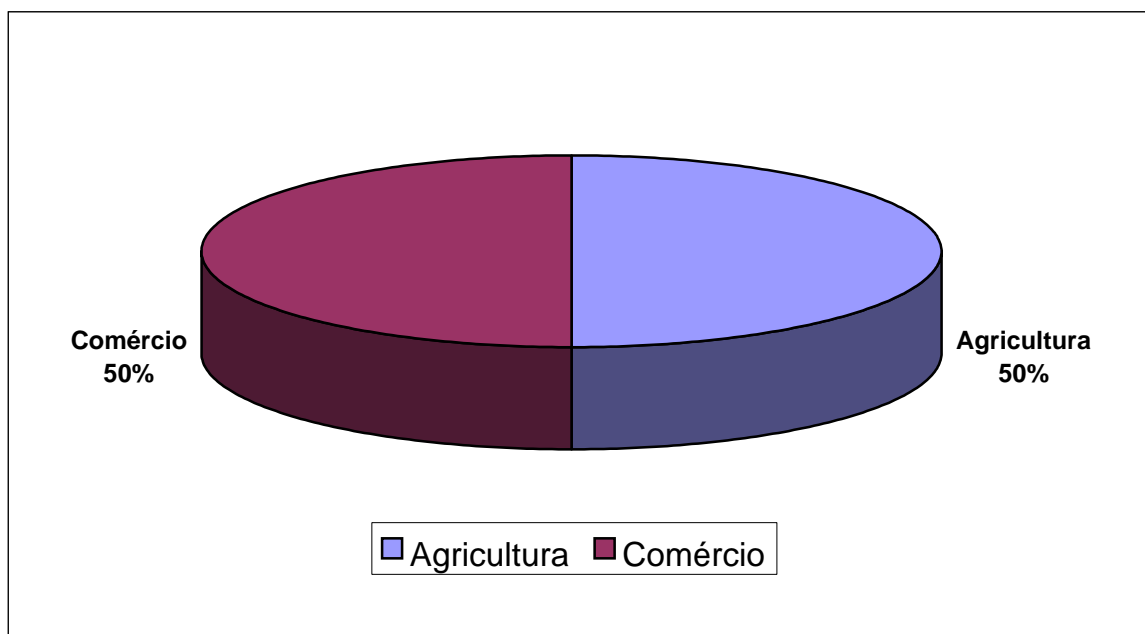


Fonte: Pesquisa de campo (2002). Organizado pelo autor

O levantamento dos dados, conforme o Gráfico 5, apontou que das atividades desenvolvidas pelos imigrantes japoneses estudados neste trabalho, 50% estavam empregados na indústria. Tanto o fundador da Bebidas Asteca quando o da Sakura estavam nesta atividade. O objetivo deles era de chegar na cidade e constituírem suas atividades industriais (ex: o sr. Keniti Fukuhara instalou-se na cidade devido à compra de uma indústria de bebidas; já o sr. Hidekazu também veio para a mesma com a intenção de iniciar a sua indústria de molho de soja – devido ao crescimento da cidade no período).

Os fundadores das Indústrias Funada e Wilson quando chegaram na cidade trabalharam no comércio (representando 50 % da amostra). O fundador da Bebidas Funada comprou uma sorveteria onde a família toda trabalhava. Já o fundador da Bebidas Wilson comprou uma pensão e trabalhou nesta atividade durante 3 anos.

GRÁFICO 6 – As origens do capital industrial nipo-brasileiro em Presidente Prudente

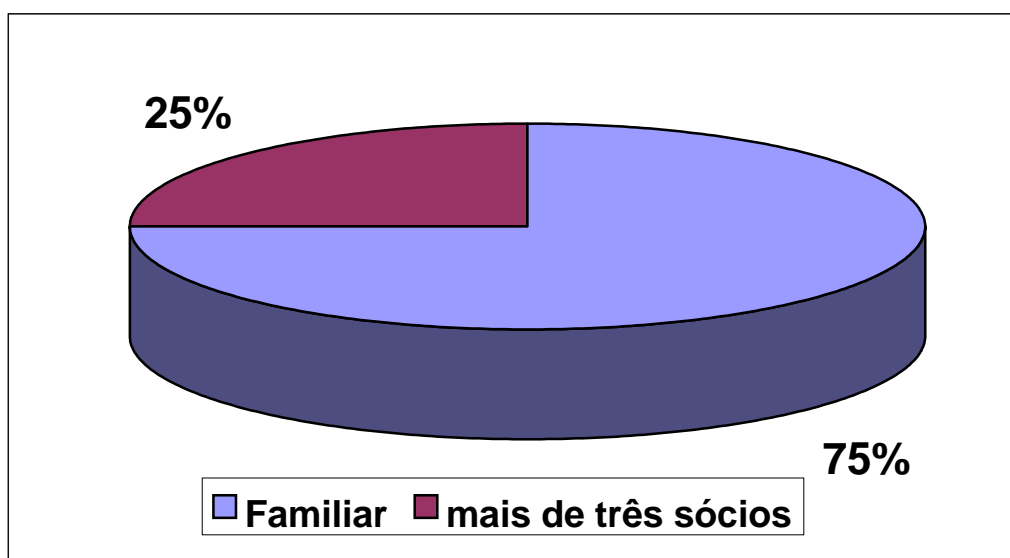


Fonte: Pesquisa de campo (2002). Organizado pelo autor.

A composição do capital nipo-brasileiro pode ser considerada resultado de uma fusão entre o capital agrícola e o capital comercial. É difícil identificar com exatidão quem tem maior ou menor participação no capital industrial, se é a agricultura ou o comércio. Para identificar esse capital a base da análise está localizada nas últimas atividades econômicas de cada indústria. O fundador da Indústria Asteca trabalhou na agricultura em várias cidades do Estado de São Paulo, e quando chegou à região, montou uma panificadora na cidade de Presidente Bernardes/SP. O fundador da Indústria Funada trabalhou na agricultura na cidade de São José do Rio Pardo e posteriormente em Caíabu/SP. Logo depois veio a Presidente Prudente/SP e comprou uma sorveteria. O Sr. Motoichi Oki, fundador da Bebidas Wilson também trabalhou na agricultura e foi colono do café. Chegou à cidade de Presidente Prudente em 1942, trabalhando em uma pensão que havia acabado de comprar. A Indústria Sakura de Alimentos, tem no seu fundador um imigrante que veio para o Brasil trabalhar na agricultura. Chegando aqui foi destinado para a cidade de Promissão/SP onde ficou 15 anos nesta atividade. Após ter acumulado um capital dirigiu-se para a cidade de Presidente Prudente dando início à sua fábrica de molho de soja onde iniciou as suas atividades na própria residência em 1947 e somente em 1950 instalou

definitivamente a indústria. Contudo, é a partir do capital agrícola juntamente com o capital comercial que nasce o capital nipo-brasileiro prudentino. As indústrias originaram-se de um capital modesto, e também das iniciativas e sonhos dos imigrantes japoneses de constituírem a sua indústria na cidade.

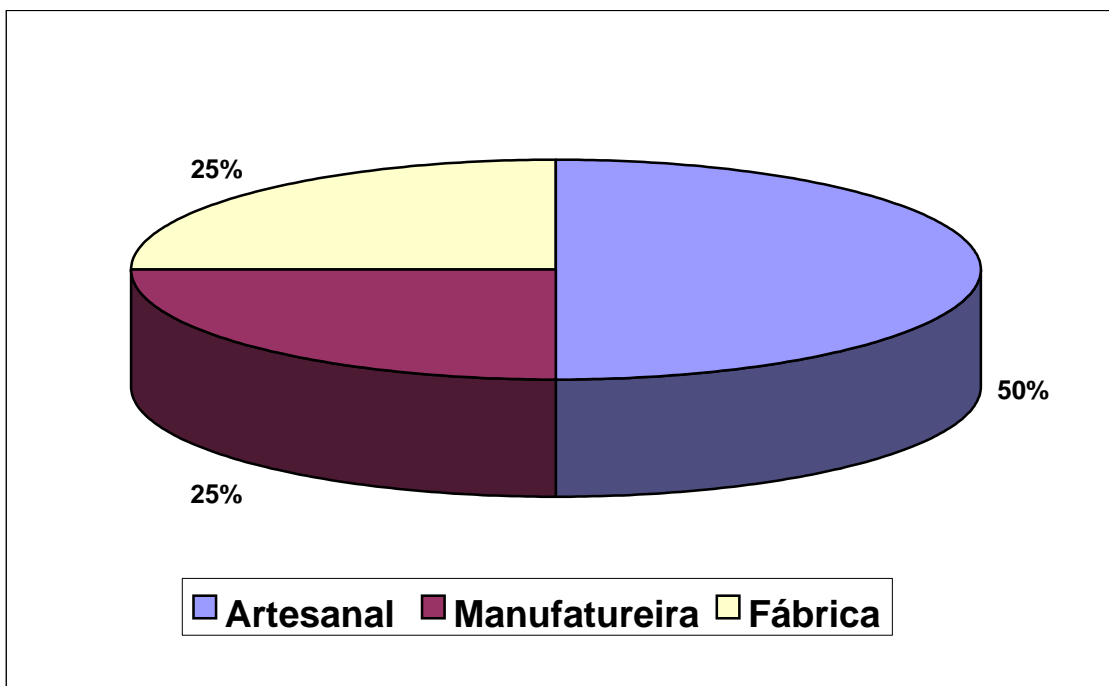
GRÁFICO 7 – Composição do capital social no ato da abertura da indústria



Fonte: Pesquisa de campo (2002). Organizado pelo autor.

A partir do Gráfico 7, é possível verificar que a maioria das indústrias possuía a base da composição do capital social na família. Apenas 25% tinha a razão social da indústria com mais de três sócios (3 japoneses e 1 brasileiro – Sr. Motoichi Oki, Siguetochi Gobara, Getulio Oki e o brasileiro Sebastião Martins). Nesta fase, a Indústria de Bebidas Wilson se consolidou. No auge da Segunda Guerra Mundial, os japoneses tiveram dificuldade para manter a sobrevivência dos seus negócios. Na década de 50, tiveram que mudar o capital social da indústria, colocando os funcionários mais velhos e de confiança como sócios para formar a Bebidas Wilson S/A – Indústria e Comércio. A permanência do nome Bebidas Wilson deu-se por razões de não se querer identificar a origem japonesa de seus proprietários.

GRÁFICO 8 – A característica das indústrias no ato da abertura



Fonte: Pesquisa de campo (2002). Organizado pelo autor.

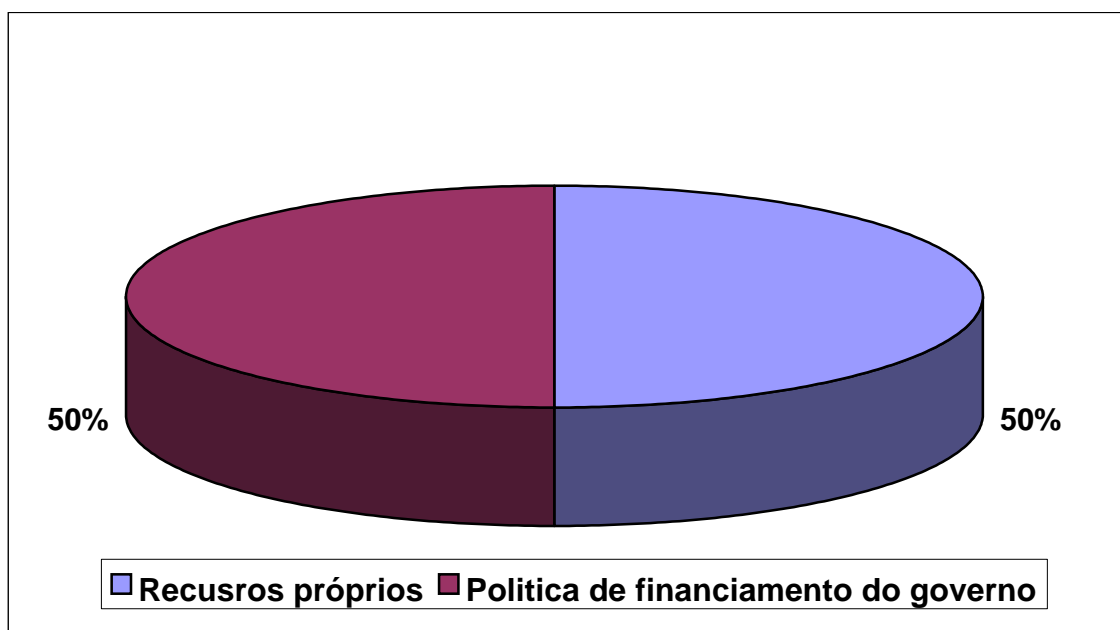
A análise das características é feita a partir de três modos: as unidades artesanais, com base em técnicas rústicas e pelo baixo capital empregado; b) a manufatura, pode ser considerado o processo da fábrica em que a unidade tenha os dois tipos de processo: artesanal e mecanizado, onde é difícil qualificar qual processo emprega mais no produto final; c) fábrica – é um processo mecanizado, não ocorre o processo manual de produção, devido à divisão do trabalho, ou seja, onde há separação entre o trabalhador e os meios de produção.

Do universo pesquisado, 50% das indústrias afirmaram que o processo de industrial era artesanal (Sakura e Asteca).

A Indústria de Bebidas Wilson representa (25% da amostra) valeu-se do processo de manufatura. E os outros 25%, representa o processo de fabricação no ato da abertura - a Indústria Funada,

Essas indústrias que disseram representar o processo produtivo da manufatura e fábrica no ato da abertura, não poderiam estar neste estágio devido às condições financeiras de seus fundadores, que originaram de capitais modestos. Para que esses processos dessem certo, as indústrias teriam que ter uma mecanização avançada e possuir uma divisão do trabalho adequada para que houvesse a industrialização, ou considerada na época como fábrica.

GRÁFICO 9 – Como a indústria pretende superar o desenvolvimento tecnológico

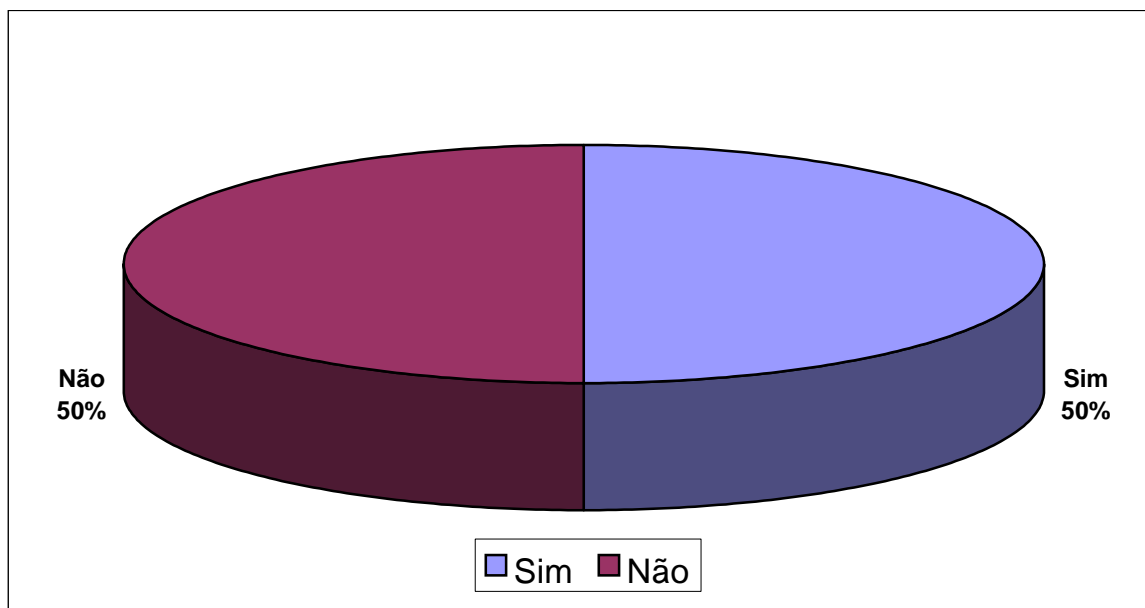


Fonte: Pesquisa de campo, questionário elaborado pelo autor.

No Gráfico se pode perceber que 50% das indústrias continuaram inovando o seu parque fabril com recursos próprios. São as indústrias: Asteca e Sakura.

Entretanto, a Indústria de Bebidas Funada e a Indústria de Bebidas Wilson pretendem também inovar com recursos próprios, mas precisam da política de financiamento do governo para poderem manter seu padrão tecnológico. As principais linhas de financiamento são do BNDES, segundo os industriais; a taxa de juros baixa se comparadas com os bancos comerciais a o forma de pagamento de longo prazo. Elas representam os 50% das indústrias em análise que recorrem à política de financiamento.

GRAFICO 10 – A indústria pretende aumentar o números de filiais.



Fonte: Pesquisa campo (2002). Organizado pelo autor.

No total do universo pesquisado, quanto à pretensão das indústrias em aumentar o número de filiais, 50% pretendem e os outros 50% para não. As empresas que não tem pretensão atualmente em ampliar as suas filiais nem na região e nem para outros Estados são as Indústrias: Bebidas Astecas e Bebidas Funada.

As indústrias Sakura e Wilson, que representam os outros 50% que pretende aumentar suas filiais mas o desejam não para continuar na região de Presidente Prudente, e sim para ir para outros Estados. A Sakura Alimentos já tem uma filial no Estado de Goiás, Segundo Ricardo Nakaya, “a indústria instalou-se no Estado de Goiás com o total apoio do Governo estadual, em virtude dos incentivos. Um que a indústria recebeu entre eles: a fábrica começará a pagar o ICMS daqui a 70 anos com juros de 1% ao ano”. Entretanto, a indústria de Bebidas Wilson também está com projeto de ampliar a sua indústria mas não tem local ainda definido. Sabe-se que estão recebendo muitas propostas, entre elas do Estado de Minas Gerais, Goiás e Pernambuco. Diante dos fatos percebe-se que nenhuma empresa da região está disposta a investir na região. É necessário estimular estas empresas aqui na nossa região para que elas continuem gerando renda e emprego na localidade.

8 - CONCLUSÃO

Ao analisar-se o término e desenvolvimento desta pesquisa no processo das indústrias nipo-brasileiras no município de Presidente Prudente, pode-se perceber que de acordo com a teoria de Ianni (1989) sobre a origem do capital industrial, a região de Presidente Prudente, não fugiu dessas características, pois a composição deste capital baseou-se na agricultura e nas unidades fabris dos imigrantes de pequeno porte.

As origens do capital industrial do município deu-se pela fusão do capital agrícola com o capital comercial, que compõem a base da formação e constituição dessas atuais indústrias pesquisadas: Bebidas Astecas, Bebidas Fuanda, Bebidas Wilson e Sakura Alimentos. Essas indústrias, ainda, são de médio porte, cujo seus fundadores residem em Presidente Prudente. Notou-se que as indústrias tiveram origem de modestos capitais, das iniciativas e sonhos desses imigrantes em constituírem na cidade o seu próprio negócio.

Contudo, através das análises históricas e das entrevistas, é possível afirmar que, as atividades produtivas desenvolvidas por esses imigrantes no município estão ligadas intimamente com as atividades relacionadas com o seu país de origem (ex: Sakura e Wilson).

A teoria de Ianni (1989) orienta a entender o geral da origem do capital nacional, mas para compreender-se a origem do capital no município de Presidente Prudente é necessário recorrer a teoria de Abreu (1972). Para esse autor, as indústrias locais originaram-se de pequenas fábricas, em virtude de não terem condições financeiras de investir na agricultura. Os industriais, segundo a sua ótica investiram no setor secundário (indústrias) na sua maioria por falta de capitais para investir na agricultura, salvo algumas exceções.

No caso da indústria nipo-brasileira foi diferente. Segundo os dados levantados, os fundadores destas indústrias, cujo proprietário era o imigrante japonês, trabalhavam na agricultura e, posteriormente, no comércio. O seu principal objetivo era montar o seu próprio negócio. Logo, eles estavam em busca de melhores oportunidades e negócios e viram que o trabalho na indústrias, especialmente no setor de bebidas e produtos alimentícios era um bom negócio, e pôr isso investiram nesse segmento e não na agricultura, em virtude de possuírem uma certa experiência no setor industrial. Com isso, não tiveram tantas

dificuldades de montar a sua indústria. A dificuldade deu-se desde a fundação das empresas com relação às crises econômicas que o país enfrentou. Todavia, analisou-se que a teoria de Abreu não pode ser aplicada no caso das indústrias nipo-brasileiras antes da década de 50, devido ser o desejo dos industriais de origem japonesa montar seu próprio negócio, ou seja, a sua própria indústria na cidade.

Essas indústrias fundadas na cidade continuam aqui devido às suas origens e raízes que estão fixadas nesta região. Atualmente, 50% delas está pretendendo aumentar as suas atividades, mas não querem dar continuidade neste ciclo produtivo na cidade e muito menos na região, pois estão recebendo incentivos para abrir suas filiais em outros Estados (MG, PE, GO, MT) etc., e pensam até montarem uma filial ou transferirem a matriz para esses Estados. Entretanto, essas empresas estão sob o comando da segunda e terceira geração (nipônica), Cabe indagar-se essa nova geração deixará de investir na cidade ou irá sucumbir a transitoriedade e sair da cidade devido à falta de incentivos e da guerra fiscal. Fica aqui uma dúvida sobre esse dilema das indústrias que pretendem aumentar a produção, mas não encontram na cidade de Presidente Prudente um lugar propício.

Talvez, numa discussão sobre essas propostas com as principais entidades de classe localizadas no município (FIESP/CIESP, Sebrae, Associação Comercial e Industrial), juntamente com o poder público municipal, possa ser encontrada uma saída para conseguir meios de promover a mudança de intenções desses industriais, que representam uma grande porção da economia local. Com certeza foi por conta de ideais como os deles, que por tão longo tempo suas atividades foram mantidas bastantes sólidas.

8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Diores Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente.** Presidente Prudente: FFCLPP, 1972

AURELIANO, Liana. **No liminar da industrialização.** 2.ed. Campinas: Unicamp. IE, 1999.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1997.** 2ed. Campinas: IE,1998.

CASTILHO, Marilena dos Santos Ferreira de. **Imigração chinesa para o Brasil no século XIX: o discurso parlamentar.** Assis: Unesp, 2000. (Dissertação de Mestrado)

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças sociais na América Latina.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da colônia a senzala.** 4.ed. São Paulo: Unesp, 1998.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945).** São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

DIÉGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização.** Rio de Janeiro:Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais, 1964.

DUNDES, Ana Claudia. **O processo de (des) industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente.** Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1998. (Dissertação de Mestrado)

_____. **Industrialização e produção do espaço urbano: o caso de Presidente Prudente.** Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1992. (monografia bacharelado em geografia)

ENNES, Marcelo Alario. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior de São Paulo.** São Paulo: Unesp, 2001.

FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: história geral da civilização brasileira.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertand, 1977.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, Homero. Asteca produz com muita qualidade, **Oeste Notícia.** 25/05/2002.

FERREIRA, Homero. Wilson Produz Bebidas e derivados de tomate: **Oeste Notícia.** 25/05/2002.

FIESP, Ciesp. **Anuário das indústrias.** São Paulo. 34 ed.:Epil, 2001.

FREITAS, Olga Lucia Castreghini de. **Capital e força de trabalho no setor secundário em Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Caderno Prudentino de Geografia. AGB.nº 8, p.15-32, 1986.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25 ed. São Paulo: Nacional, 1995.

GASPARI, Carlos Alberto. **O planejamento e desenvolvimento econômico no Brasil e a nova mudança de paradigma: o desenvolvimento endógeno**. Presidente Prudente; ITE, 1999. (monografia economia)

HESPANHOL, Rosangela A. M. **O tomate a caminho da indústria: a influência da CICA na Alta Sorocabana de Presidente Prudente**. Rio Claro: IBGE/Unesp, 1991. (Dissertação de Mestrado)

HIRATA, Newton. **A contribuição empreendedora japonesa no desenvolvimento do norte do paranaense**. Maringá/PR. 1995 (Trabalho apresentado ao concurso Estadual de ensaios e monografias, promovido pela APEX, visando o centenário de amizade Brasil e Japão).

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEITE, José Ferrari. **A alta sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MELO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento**. 10 ed. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

MINOHARA, Adriana Yuri. **O papel da imigração japonesa na formação da mão-de-obra no Brasil cafeeiro**. Presidente Prudente: ITE, 1999. (monografia economia)

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908 à 1922)**. São Paulo: IEB/USP, 1973.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

PAULA, Jânio Emerson Maciel de. **O processo de desenvolvimento da indústria paulista: uma análise da peculiar industrialização de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: ITE, 1997. (monografia economia)

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SAITO, Hiroshi. **A presença japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação**. São Paulo: USP, 1961.

_____. **Participação mobilidade e identidade no Brasil.** São Paulo: USP, 1980.

SANTOS, Antônio Edmundo. **A modernização Populacional e a colônia japonesa no município de Martinópolis.** FCT/Unesp. Presidente Prudente, 1998. (monografia bacharelado em geografia)

SILVA, Adevaldo A. **História da Imigração no Brasil: as famílias.** São Paulo: S.N.D.C.B., 1986

SILVA, Francisco de Carlos da. **Análise sobre o núcleo industrial de Presidente Prudente (NIPPI):** caracterizando sua atual ocupação. Presidente Prudente; ITE, 1997. (monografia economia)

SILVA, Sergio, **Expansão cafeeira e origens da indústria.** 8 ed. São Paulo:Alfa Omega, 1995

SUZIGAN, Wilson. **Estado e industrialização no Brasil.** Revista de Economia Política, Vol. 8. nº 4, p.5-16, outubro-dezembro/1998.

SUZIGAN, Wilson. **Experiência histórica de política industrial no Brasil.** Revista de economia política, vol. 16, nº 1 (61), p.5-20, janeiro-março/1996.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação e industrialização no Brasil. São Paulo:** 3.ed. Campinas: Ed. Unicamp/IE, 1998

_____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre economia brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TZMRESÁNYI, Tamas. **Celso Furtado e o início da industrialização no Brasil.** Revista de economia política, vol. 22, nº (86), p.3-14, abril-junho/2002.

VIEIRA, Francisca Isabel Shurig, **O japonês na frente de expansão paulista.** São Paulo: Pioneira, 1973.